

# FILHOS DO CAFÉ

RIBEIRÃO PRETO DA TERRA ROXA - TRADICIONAL EM SER MODERNA



MUSEU DO CAFÉ FRANCISCO SCHMIDT





Café em côco sobre uma peneira. O café se apresenta, a princípio, em grãos verdes e duros. À medida que amadurecem eles se tornam vermelhos e passam então a chamar-se "cereja". Quando secam, escurecem e tomam o nome de "côco". Data: c. 1940. Fotógrafo: Studio Rembrandt (MC, F322).

# FILHOS DO CAFÉ

RIBEIRÃO PRETO DA TERRA ROXA - TRADICIONAL EM SER MODERNA

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Prefeita Municipal  
Dárcy Vera

Secretária da Cultura  
Adriana Silva

Secretária Adjunta da Cultura  
Cristiane Framartino Bezerra

Diretor Administrativo  
Anderson Limas Francisco

Diretor de Atividades Culturais  
Valério Diass

Diretora de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural  
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Diretor de Artes Visuais  
Nilton Campos

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto  
Michelle Cartolano de Castro Silva

Museu do Café Francisco Schmidt  
Daniel Basso

Presidente da Fundação Instituto do Livro  
Edwaldo Arantes

Conselho Curador do Museu do Café Francisco Schmidt

Secretaria da Cultura  
Adriana Silva  
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa  
Nilton Campos  
Daniel Basso  
Michelle Cartolano de Castro Silva  
Tânia Cristina Registro  
Antonio Bernardo Torres

Conselho Municipal da Cultura  
Cláudio Bauso

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural  
Nainora Maria Barbosa de Freitas

Sociedade Civil  
Onesimo Carvalho de Lima  
Rita Fantini  
Leila Heck  
Elisa Gonzáles

Diretora do Sistema Estadual de Museus  
Cecília Machado

## Equipe Técnica

### Pesquisa e Textos

Adriana Silva  
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa  
Michelle Cartolano de Castro Silva  
Tânia Cristina Registro

### Conselho Editorial

Cristiane Framartino Bezerra  
Alice Gomes Heck  
Renato Leite Marcondes

### Digitalização das Imagens

Ana Carla Vannucchi  
Tânia Cristina Registro

Tratamento das Imagens . Projeto Gráfico . Editoração Eletrônica . Capa

Ana Carla Vannucchi

Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto  
Praça Alto do São Bento, s/n  
(16) 3636 1206  
[www.ribeiraopreto.cultura.sp.gov.br](http://www.ribeiraopreto.cultura.sp.gov.br)

Museu do Café Francisco Schmidt  
Av. do Café s/n  
Ribeirão Preto - SP  
(16) 3633 1986

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto  
Rua José da Silva, 915  
Ribeirão Preto - SP  
(16) 3625 6712



## AGRADECIMENTOS

Entre a ideia e a materialização existe o processo e, no caso do projeto Filhos do Café, o processo foi de inteira cooperação. Desta forma, cabe agradecer à prefeita Dárcy Vera pela confiança depositada na equipe gestora da Secretaria da Cultura, à museóloga Cecília Machado que sempre muito cuidadosa com o método, disponibilizou seus conhecimentos e, ao fazê-lo, ensinou a todos os envolvidos. Agradecemos, em especial, aos empresários que responderam positivamente ao convite para participarem do projeto de revitalização do Museu do Café Francisco Schmidt e aos técnicos da Secretaria da Cultura que têm se aperfeiçoado cada vez mais.

Adriana Silva





Desenho de um ramo de café frutificado - Cafeeiro (Coffee Arabica). Autor: Castro Silva. Directoria Geral de Estatística, 1908.



## APRESENTAÇÃO

Esta obra é uma justa homenagem a todos os ribeirãopretanos que nasceram ou imigraram para esta terra e fizeram do lugar, um espaço reconhecido no mundo pelas suas mais evidentes qualidades.

Filhos do café, na sua grande variação histórica, somos todos nós. O contorno sócio político de Ribeirão Preto, o perfil econômico e o desenho urbano da cidade é reflexo, até os dias de hoje, da exuberante força do café.

Ao folhear cada uma das páginas, observar todos os detalhes das muitas fotos, é possível identificar a importância do homem e da mulher que, ao escolher viver em Ribeirão Preto, promoveu o desenvolvimento do lugar.

Hoje, Capital Mundial do Etanol, polo do agronegócio, importante referência na área da pesquisa médica, exportadora de primeira linha de equipamentos odontológicos, entre outros atrativos econômicos, Ribeirão Preto ainda vive os vínculos estabelecidos pelo café. O mais forte deles é ter a modernidade como uma tradição, assim como citado no título desta publicação.

A leitura desta obra é um convite a transitar pela história de Ribeirão Preto desde os primórdios até os dias de hoje. É uma maneira de reconhecimento de nós mesmos e dos muitos homens e mulheres que antes de nós passaram por estas terra roxas.

Dárcy Vera  
Prefeita

Theatro Carlos Gomes visto a partir da Praça XV de Novembro. Data: 1930-1935 aprox. Fotógrafo: Antônio Zerbetto – Photo Studio Zerbetto/Pirassununga – detalhe da foto. (APHRP).



Vista da Praça XV de Novembro tendo ao fundo a rua General Osório, à direita é possível ver parte da torre da Catedral de São Sebastião. Data: 1930-1935 aprox. Fotógrafo: Antônio Zerbetto – Photo Studio Zerbetto/Pirassununga – detalhe da foto. (APHRP).



# SUMÁRIO

Introdução .....	11
1. Rumo ao Interior: novas terras para o café .....	14
Ribeirão Preto, cidade beneficiada pela geografia .....	19
2. Olha o trem: da porta da fazenda ao porto de Santos .....	22
A estrada de ferro e o café .....	25
Que venha o Imperador! .....	26
3. Do chicote à caderneta: escravos e imigrantes nas terras do café .....	29
Longe da guerra internacional, muito perto dos conflitos pelos direitos .....	35
4. Manda quem pode, obedece quem tem juízo: memórias do coronelismo .....	36
5. No tempo dos cafezais: cotidiano e arte nas fazendas de café .....	44
Dia-a-dia dos trabalhadores do café .....	45
Na casa dos coronéis .....	48
6. Do café se faz metal, óleo, tecido, chope: a indústria e o comércio em tempos de café ..50	
Café, comércio e indústria .....	52
As feiras internacionais e o café .....	56
7. Tem café no bule: vida urbana, café e confeitarias em Ribeirão Preto.....	62
8. Histórico do Museu do Café .....	71
A fundação do Museu Municipal de Ribeirão Preto .....	75
Museu do Café Francisco Schmidt .....	77
Referências .....	78

Bar da Antartica localizado na Praça XV de Novembro, ao fundo, Casa Alemã, na esquina da rua General Osório com Tibiriçá. Data: 1930-1935 aprox. Fotógrafo: Antônio Zerbetto – Photo Studio Zerbetto/Pirassununga – detalhe da foto. (APHRP).



Vista da Praça XV de Novembro e rua Duque de Caxias, à direita, o palacete Camilo de Mattos. Data: 1930-1935 aprox. Fotógrafo: Antônio Zerbetto – Photo Studio Zerbetto/Pirassununga – detalhe da foto. (APHRP).



Praça XV de Novembro - RIBEIRÃO PRETO

PHOTO STUDIO ZERBETTO  
PIRASSUNUNGA



## INTRODUÇÃO

Como se fosse um texto literário, é comum o nome de uma localidade vir seguido de um subtítulo ou cognome, por exemplo: nos Estados Unidos, cada uma das 13 colônias, desde a independência do país, é oficialmente conhecida por um complemento seguindo o nome – a Geórgia é também o “Peach State” (Estado Pêssego), Nova Iorque é cognominada “The city that never sleeps” (A cidade que nunca dorme), Nova Jérsei, graças aos seus belos parques e jardins, é chamada “Garden State” (Estado Jardim). Além das colônias, cada uma das cidades americanas também são conhecidas pelos seus cognomes, normalmente relacionados à potencialidade econômica do município.

Dessa forma, podemos lembrar, só para citar outros exemplos, que Paris é a Cidade Luz, Buenos Aires é a Capital do Tango e Cannes é a “Capitale mondiale de l’art cinématographique”, São Paulo a Capital Bandeirante e o Rio de Janeiro a Cidade Maravilhosa.

Ribeirão Preto sempre teve um cognome acrescido ao seu nome. No início do primeiro decênio do século XX, a cidade já se destacava como polo econômico, em plena liderança como produtora cafeeira e por isso, passou a ser chamada de “Capital d’Oeste”, não pela sua localização geográfica, mas pela condição de lugar aberto ao novo e receptivo ao moderno.

A cidade era de fato, à época, a “Capital do Café”. Os números lhe conferiam este título. Um informativo editado em Londres, em 1913, cita que entre os doze maiores produtores de café do estado de São Paulo ocupavam as primeiras posições Francisco Schmidt, Henrique Dumont, Martinho Prado, Francisca do Val, proprietários de fazendas em Ribeirão Preto e cidades vizinhas (IMPRESSÕES DO BRAZIL NO SÉCULO VINTE, 1913).

Essa expansão rumo ao oeste, em direção às terras de cor vermelha, resulta de uma série de fatores. Contudo, vale a pena destacar a ampla divulgação feita por Luís Pereira Barreto, agrônomo e médico formado pela Universidade de Bruxelas, que publicou vários artigos em jornais de grande circulação elogiando as propriedades da terra roxa na região de Ribeirão Preto.

Os paulistas do Oeste de São Paulo, em geral, não suspeitam o quanto a sua terra está na tela da discussão corrente nas outras províncias, mas, com especialidade na do Rio de Janeiro.

A Terra Roxa - “A Província de São Paulo”- 02/12/1876

[...] É natural que uma tão vistosa superioridade desperte em todos os brasileiros a mais viva curiosidade e provoque o justo desejo de saber quais os elementos, que dão a São Paulo essa brilhante e invejável perspectiva. [...]

A filosofia da terra roxa! Não se assustem os srs. fazendeiros, [...]. Quero simplesmente colocá-los em estado de responder às incessantes objeções e aos pedidos de informação que nos chegam de fora da província.

A minha tese é a seguinte: a província de São Paulo é o que é na atualidade, graças simplesmente à sua terra roxa. [...]. (Barreto, 1876)

A Terra Roxa - “A Província de São Paulo”- 10/12/1876

A província de São Paulo possui grande número de municípios do mais alto valor em terras de cultura; e é difícil mesmo a um lavrador, que vem de fora, saber a qual deve dar preferência. Mas, quando mesmo não possuísse o Ribeirão Preto, assim seria ela a primeira província do Império.

Só este era bastante para colocá-la acima de tudo quanto a imaginação pode conceber de mais surpreendente. É ali que a natureza tropical condensou todas as forças de sua fecundidade e derramou à profusão todas as maravilhas de sua onipotente criação. O Ribeirão Preto é o vasto repositório em que a “Flora Brasileira” se ostenta em sua mais enérgica e deslumbrante expressão. É a esse município que eu aconselharia uma visita a todos aqueles que aprenderam a achar um supremo gozo nos grandes contatos com o mundo criador, no grandioso espetáculo da natureza viva. Graças às suas terras excepcionais, a província de São Paulo é a única que escapará ao naufrágio geral da nossa lavoura. [...]

Ciências naturais e terra roxa; filosofia positiva e poesia nos bancos da escola; arados e trabalho entre as ruas verde-rubras de esplendurosos cafezais; embelezamento do espírito e embelezamento da terra, nossa mãe comum; elevação do nosso nível moral repousando sobre as bases imutáveis de uma consciente e enérgica extensão de nossa vida material: eis o mais alto e grandioso ideal, que se deve nutrir todo verdadeiro patriota. [...] (Barreto, 1876)

Luiz Pereira Barreto nasceu em Resende, RJ, em 11/1/1840, filho de Fabiano Pereira Barreto e Francisca de Salles. Aos 14 anos, mudou-se para São Paulo, onde estudou no Colégio João Carlos até 1855. Neste mesmo ano, matriculou-se no Liceu Depuiche, em Bruxelas, Bélgica. Formou-se em Ciências Naturais e, posteriormente, em Medicina, na Universidade Livre de Bruxelas. Durante o período em que esteve na Europa, dedicou-se ao estudo de Filosofia, principalmente do Positivismo. Em 1864, retornou para Resende e começou a clinicar. Em 1867, mudou-se para Jacareí, SP, e lá permaneceu por 5 anos. Inspirado por seu irmão Rodrigo Pereira Barreto, que havia adquirido terras na região de Ribeirão Preto, Luiz Barreto comprou a Fazenda Cravinhos. Em 1876, o médico e familiares mudaram-se para a fazenda. Com equipamentos agrícolas e 60 escravos iniciaram o cultivo de café. Nesta época, introduziu na região o café tipo Bourbon. Grande propagandista da qualidade da terra roxa de Ribeirão Preto para o plantio de café, escreveu, em 1876, diversos artigos no jornal “Província de São Paulo” (atual “O Estado de S. Paulo”). Ao voltar para São Paulo, em 1891, foi convidado por Benjamin Constant a participar do Congresso Constituinte como senador, mas recusou. Em 1904, ficou doente e endividado. Retornou a Ribeirão Preto e abriu uma clínica na casa de seu irmão Cândido Barreto. Assumiu também a clínica da Santa Casa de Misericórdia, onde permaneceu até 1912. De volta a São Paulo neste mesmo ano, clinicou na Beneficência Portuguesa até o dia de sua morte em 11/1/1923. (Revista Brazil Magazine, 1911).



Luís Pereira Barreto

Considerando o recurso filosófico de Luckás em que a história só pode ser entendida como “pósfestium”, é possível, hoje, observar que muito mais do que a terra roxa, era o perfil do homem aportado em Ribeirão Preto que garantia a elevada produção e o desenvolvimento econômico. Diferente dos barões do café da região do Vale do Paraíba, o homem ribeirão-pretano, tendo como expoente Francisco Schmidt, já era, naquele início de século, um homem do hoje reconhecido agronegócio.

Ainda sobre a época do café, em 1909, o francês Lalière escreveu um livro sobre o café no Brasil, “Le Café – Dans l’État de Saint Paul” e dedicou, logo no início da publicação, algumas páginas a Ribeirão Preto, nas quais identificava Schmidt como o maior produtor do mundo.

Também Monteiro Lobato escreveu sobre Ribeirão Preto e talvez ele, melhor do que qualquer outro, soube ver a cidade como diferente e, ao descrevê-la, observou suas características. Disse ele em carta enviada a Godofredo Rangel no dia 18 de janeiro de 1907:

Rangel,

Estou seriamente endividado para contigo, em cartas, livros, cumprimento de promessas, pedaços de queijo... Mas explica-se a má finança. O mês de dezembro passei-o todo fora daqui, em S. Paulo e no Oeste.

Corri as linhas da Paulista, Mogiana e Sorocabana, com paradas nas inconcebíveis cidades que da noite para o dia o Café criou - S. Carlos, um lugarejo de ontem, hoje com 40 mil almas; Ribeirão Preto, com 60 mil; Araraquara, Piracicaba a formosa e outras. Vim de lá maravilhado e todo semeado de coragem nova, pois em toda a região da Terra Roxa -um puro óxido de ferro - recebi nas ventas um bafo de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente.

Em Ribeirão, a colheita do município foi o ano passado de 4 e meio milhões de arrobas -coisa fabulosa e nunca vista. Um fazendeiro, o Schmidt, colheu, só ele, 900.000 arrobas. Costumes, hábitos, idéias, tudo lá é diferente destas nossas cidades do velho S. Paulo e da tua Minas. Em Ribeirão dizem que há 800 “mulheres da vida”, todas “estrangeiras e caras”. Ninguém “ama” ali à nacional. O Moulin Rouge funciona há 12 anos e importa champanha e francesas diretamente.

A terra-chão, porém, é uma calamidade -”enferruja”, isto é, avermelha todas as pessoas e coisas, desde a fachada das casas até o nariz dos prefeitos. Vai um pacotinho de amostra. Não pense que é tinta, não.

Lá ninguém mora; apenas estaciona para ganhar dinheiro. Esse meu passeio de 3.453 quilômetros de via férrea buliu muito com as minhas idéias.

[...] Eu mesmo gostaria de firmar-me por lá [...] Estou tentando ser nomeado para Ribeirão Preto...  
(Lobato, 1950 pp. 153-155)

Por tudo que foi demonstrado, a presente obra “Filhos do Café”, se justifica por propor o reconhecimento e a valorização do café como parte essencial do processo de formação histórico-social da região, responsável por engendrar práticas que diferenciam e dão peculiaridade ao município, constituindo-se como referências culturais.

# 1. RUMO AO INTERIOR: NOVAS TERRAS PARA O CAFÉ

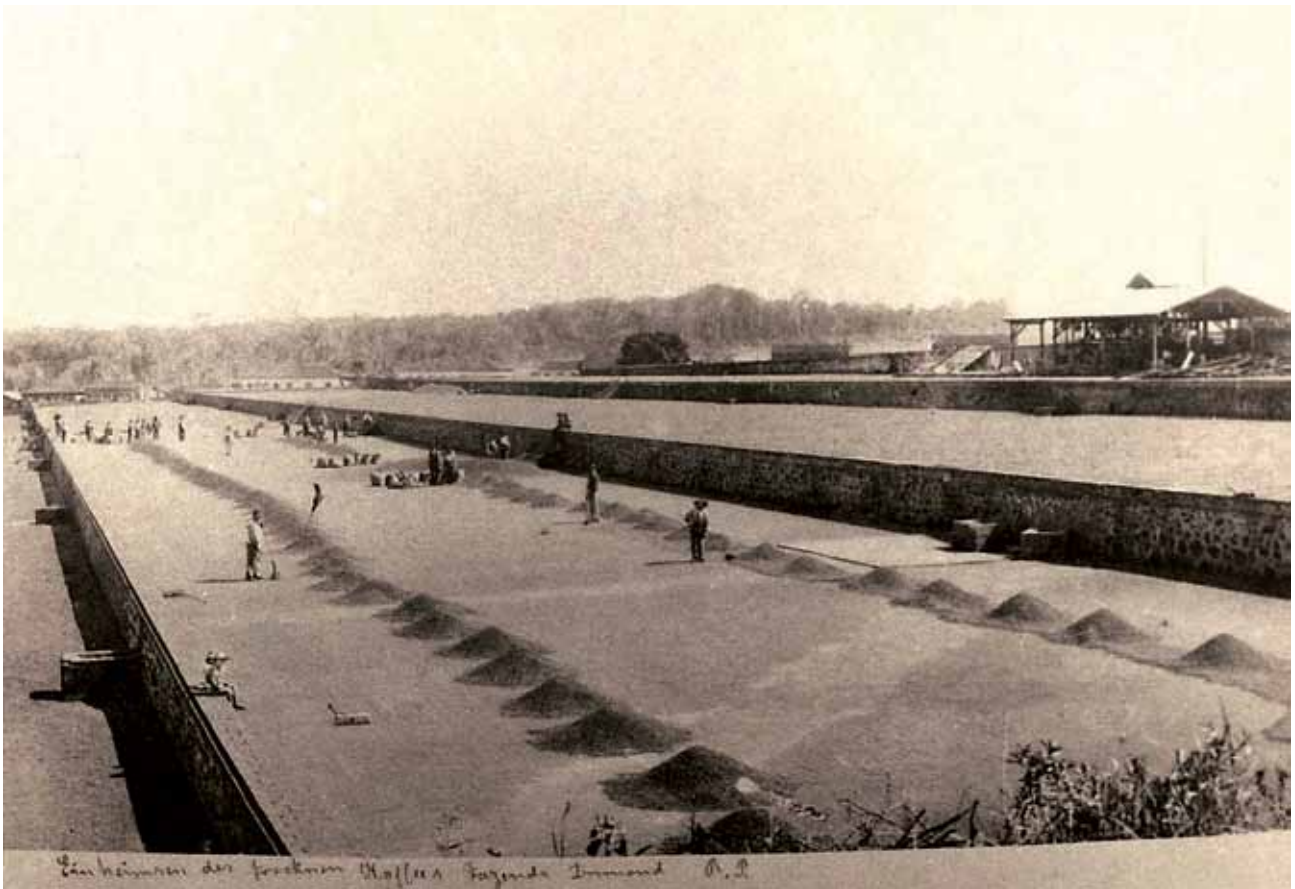


Trabalho de secagem de café no terreiro. Na direita, as tulhas e no fundo plantação de café na Fazenda Chimborazo da Companhia Agrícola Ribeirão Preto. Data: c. 1920/1930. Fotógrafo: Theodor Preising (APHRP, F801).





Homem abanando café. A colheita pode ser executada segundo o processo de derrça, que consiste em arrancar os grãos de cada galho todos ao mesmo tempo. Os grãos caem ao chão juntamente com as folhas que os entremeavam nos galhos. Uma vez derrçado, o café é reunido em pequenos montes. Os montículos são recolhidos e postos na peneira para serem "abanados". A abanação é a operação que consiste em atirar o conteúdo da peneira para o alto quando o vento se encarrega de fazer cair às folhas e outros detritos mais leves ao chão e o café então retorna livre de impurezas para a peneira. Após então, o café é levado para dar início ao processo de beneficiamento Data: c. 1940. Fotógrafo: não identificado. (APHRP F792)



Vista de terreiros de café e construções da Fazenda Dumont, na época parte do município de Ribeirão Preto. Data: 1902. Fotógrafo: João Passig (APHRP, F060).

O início do século XVIII marcou a chegada do café ao Brasil, então colônia de Portugal. Ao que tudo indica, o café chegou pelas mãos de Francisco de Melo Palheta, militar nascido em 1670, possivelmente em Belém, PA, quando em missão diplomática em Caiena, na Guiana Francesa, trouxe as primeiras sementes para a região do extremo norte do país (ELLIS JÚNIOR, 1951). Na terceira década dos setecentos, o grão já era cultivado no Maranhão e no Pará, expandindo-se depois para o Rio de Janeiro. O café era cultivado em pequena escala ou como planta ornamental em sítios, quintais e beiras de estradas.

Foi pelo Vale do Paraíba, região entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que a expansão da cultura cafeeira chegou às primeiras cidades do estado de São Paulo. Em 1836, das 590.066 arrobas de café, 510.406 foram produzidas na região do Vale, segundo revela a pesquisadora Maria Luiza de Paiva Melo Moraes (1980).

A expansão dos cafezais em terras paulistas, principalmente no período de 1850 a 1890, se deu por dois eixos (MILLIET, 1939, p.18). O primeiro seguia o trajeto da linha férrea da Mogiana: Mogi – Ribeirão Preto – Franca. O segundo acompanhava o trajeto da linha férrea da Companhia Paulista, passando por Campinas – Rio Claro – São Carlos – Araraquara – Catanduva. As áreas atravessadas pelas duas estradas de ferro passaram a ser denominadas, na época, de Oeste Paulista, região onde o solo vermelho, que ficou conhecido como terra roxa, espalhava-se. A região de Campinas, em 1850, já era o grande centro cafeeiro do Brasil.



Planta geral das linhas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, demonstrando o traçado de Campinas à Araguari. Verso do menu do "Wagon Restaurant" dirigido pelo arrendatário Antonio Bergamini. No vagão restaurante eram servidos vinhos finos nacionais e estrangeiros, licores, frutas, sobremesas e refeições quentes variadas (Menu Wagon Restaurant, APHRP).

O café transformava rapidamente essa região, definindo formas de povoamento, criando cidades, expandindo frentes pioneiras, fomentando o surgimento de ferrovias, tecendo práticas sociais em torno das fazendas de café. Criava-se, então, uma paisagem cultural do café. Assentados em terrenos do Planalto Ocidental e da Depressão Periférica, com um solo de origem basáltica e coloração vermelha que se mostrava extremamente fértil, os cafezais substituíam as paisagens de Mata Atlântica e Cerrado e recriavam o ambiente à imagem de um imenso tapete verde e vermelho.

O hábito de beber café virou rotina na Europa e na América do Norte e gerou expectativa de aumento nos lucros com as exportações ao longo do século XIX. Como resultado, as áreas produtoras do grão cresciam rapidamente no Brasil. Desde o início do Império, a produção cafeeira brasileira era maior que a produção mundial. A expansão do café foi tão rápida e intensa que acabou provocando uma crise de superprodução ainda no final do século XIX. O governo brasileiro, entendendo-se meio regulador do mercado, propôs ações intervencionistas, de defesa dos preços do café, no início do século XX e os resultados foram positivos.

Solos férteis, transporte ferroviário, terras disponíveis. Fatores colaboradores para consolidar a cultura cafeeira e o poder dos cafeicultores ao longo das três primeiras décadas do século XX.



Parte do café colhido é conduzido aos terreiros por canalizações de água (Brazil Magazine, 1911).

## RIBEIRÃO PRETO, CIDADE BENEFICIADA PELA GEOGRAFIA



Panorama de Ribeirão Preto em 1913. Vista da cidade a partir do bairro Campos Elíseos, trecho entre as ruas Amador Bueno e Tibiriçá. No fundo, a Catedral de São Sebastião ainda sem a torre do relógio (Almanach Ilustrado, 1913).

Localizado entre os Rios Mogi e Pardo, o município de Ribeirão Preto engendrou uma economia cafeeira diferenciada das demais regiões produtoras do grão em São Paulo. Em Rio Claro e Campinas, o café foi precedido de uma cultura extensiva de cana-de-açúcar, responsável por gerar os recursos necessários para a implantação da economia cafeeira. Já em Ribeirão Preto, o café foi a primeira economia forte, precedida pela agricultura de subsistência e pela criação de gado. Embora essa estrutura econômica não tenha tido o perfil de larga escala, foi a que produziu as condições primárias para o cultivo do café: derrubada de matas, desbravamento do sertão, ocupação do solo, formação do primeiro núcleo urbano e mão-de-obra.



Henrique Dumont

Henrique Dumont nasceu em Diamantina, MG, em 1832. Após o falecimento de seu pai mudou-se para o Rio de Janeiro. Em seguida passou a residir em Paris onde se formou engenheiro. Retornou ao Brasil e trabalhou em Ouro Preto, então capital do Estado de Minas Gerais. Em 1856, casou-se com a filha do Comendador Francisco de Paula Santos e trabalhou como engenheiro na construção de uma via férrea, no município de Barbacena. Mudou-se para Valença, RJ e trabalhou como administrador de uma fazenda de café de propriedade de seu sogro. Chegou a Ribeirão Preto em 1879, onde adquiriu terras e iniciou o plantio de café, tendo sido um dos precursores do plantio em larga escala. Henrique Dumont recebeu o título de Primeiro Rei do Café. Em julho de 1882 foi eleito vereador em Ribeirão Preto, mas foi distituído assumindo em seu lugar Jerônimo Vieira de Andrade. Após um grave acidente de charrete em sua fazenda mudou-se com a família para a França, no início de 1891. Retornou ao Brasil no ano seguinte e faleceu no Rio de Janeiro, RJ no dia 30 de agosto de 1892.

A partir de 1870, Ribeirão Preto integrou a frente pioneira da expansão do café em direção ao Oeste Paulista. Com a chegada da ferrovia a Campinas, em 1872 e em Limeira, em 1874, a distância média de 200 km tornava Ribeirão Preto uma área economicamente viável para o plantio de café. Nesse período, os investimentos na compra de terras e na formação de cafezais na região se intensificaram. Na região da antiga fazenda Lageado, os proprietários Manoel Otaviano Junqueira, José Bento Junqueira, Rodrigo Pereira Barreto e Manoel da Cunha Diniz Junqueira começaram a formar seus cafezais (PINTO, 2000).

Luiz Pereira Barreto, agrônomo, incentivado por seu irmão Rodrigo, esteve em Ribeirão Preto e coletou amostras do solo, que foram enviadas à Bélgica para análise, cujos resultados referentes à fertilidade da terra foram divulgados em artigos de jornais da época.

A composição para a expansão do café estava pronta: terras com solo fértil - terra roxa - topografia adequada, divulgação por meio de artigos, como de Luiz Barreto e proximidade com os centros de exportação. Eram tantos os atrativos que, além de Pereira Barreto, outros adquiriram terras no município, entre eles, Martinho Prado Júnior e, posteriormente, Henrique Dumont, pai de Santos Dumont.

Martinho Prado Júnior ou simplesmente Martinico Prado Nasceu em São Paulo, SP, em 17/11/1843. Filho de Martinho da Silva Prado e Veridiana Valéria da Silva Prado. Passou sua infância na chácara da família e, aos 17 anos, ingressou na Escola de Direito de São Paulo. Durante o período de faculdade, iniciou a militância em prol das causas abolicionista e republicana. Em 1865, alistou-se para participar da Guerra do Paraguai onde ficou por cinco meses. Formou-se em 1866 e foi nomeado promotor, demitindo-se em seguida. Em 1868, casou-se com Albertina de Moraes Pinto e mudou-se para o atual município de Araras, onde administrou as fazendas de seu pai, Campo Alto e Santa Cruz. Como fazendeiro, desbravou terras e formou várias fazendas de café. Em Araras, foi vereador e nomeou várias ruas da cidade com nomes de personagens da História ligados à democracia e à liberdade. Com a visita do Imperador àquela cidade, os nomes foram cobertos ou substituídos às pressas.



Martinho Prado Júnior

Em 1876, mudou-se para São Paulo, filiou-se ao Partido Republicano e ingressou na política como deputado na Assembléia Provincial. Foi um dos fundadores da Sociedade Promotora da Imigração em 1876, entidade que tinha como objetivo a introdução de imigrantes europeus na lavoura de café em substituição à mão-de-obra escrava. Em 1877, visitou a Vila de Ribeirão Preto e escreveu vários artigos no jornal “Província de São Paulo” (atual “O Estado de S. Paulo”), exaltando a fertilidade das terras da região. Em seguida, adquiriu a fazenda Albertina e, em 1885, comprou a fazenda Guatapará, onde utilizou mão-de obra livre com pagamento determinado e registro em cartório, plantando mais de 1,8 milhão de pés de café. Em sociedade com seu irmão, adquiriu depois a fazenda São Martinho.

Em Ribeirão Preto, Martinho Prado foi proprietário de uma chácara adquirida em 1889 de Rodrigo Pereira Barreto. A casa da chácara, demolida na década de 1970, ficou conhecida como “Palacete Martinho Prado” e, posteriormente, foi adquirida pela Companhia Antártica Paulista, lá funcionando a sede da Fundação Antonio e Helena Zerrener. Foi pai de doze filhos. Faleceu em São Paulo em 28/7/1906. (Brazil Magazine, 1911)



Martinho Prado Júnior, com 42 anos, na formação da Fazenda Guatapará em 1885. A fazenda Guatapará foi uma das mais importantes propriedades cafeeiras do Estado de São Paulo. Dr. Martinho (ou Martinico) Prado Júnior, chegou à região de Ribeirão Preto por volta de 1870, adquirindo sua primeira fazenda. Em 1885, comprou de João Franco de Moraes Octávio terras da serra do Guatapará, formando a Fazenda Guatapará. Dividia-se em 4 seções: Marco da Pedra, Brejão Grande, Monteiro e Guatapará, onde foram plantados mais de 1 milhão e oitocentos mil cafeeiros. Possuía mais de 500 edifícios entre residências para os diretores, oficinas, máquinas de café, farmácia, consultório médico, um grande estabelecimento comercial para uso exclusivo da sua população, depósitos, cocheiras e grande número de casas de operários e trabalhadores. Das terras da antiga Fazenda Guatapará, surgiu o Distrito de Guatapará em 1938, emancipado em 1990. (Martinho Prado Júnior in memoriam, 1943, p. VI)

## 2. OLHA O TREM: DA PORTA DA FAZENDA AO PORTO DE SANTOS



Estação Guatapará da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro. Vista do prédio da estação, locomotiva e vagões de passageiros e carga. Data: 1924. Fotógrafo: não identificado (APHRP, F159).





Companhia Docas de Santos. Carregamento de café nas docas e vista da Casa das Máquinas e guindastes elétricos. (Impressões do Brasil no Século Vinte, 1913, p. 274).



Homens ensacando e pesando café. Data: 1932.  
Fotógrafo: Theodor Preisling (APHRP, F798).





Carregador de sacas de café. Data: c. 1920/1930. Fotógrafo: Carlos W. Weise (APHRP, F799).

## A ESTRADA DE FERRO E O CAFÉ



Trabalho de capinação junto aos cafeeiros. No corredor, junto às fileiras de pés de café, estão posicionados os trilhos por onde circulam a locomotiva e os vagonetes para transporte do café. Fazenda Chimborazo da Companhia Agrícola Ribeirão Preto. Data: c. 1920/1930. Fotógrafo: Theodor Preising (APHRP, F804).

Entre meados de 1880 e 1890, houve uma verdadeira corrida por terras na região de Ribeirão Preto, que rapidamente transformou-se na mais importante zona produtora de café. Esse desenvolvimento rápido justificava-se, em parte, pela chegada da Estrada de Ferro Mogiana, em 1883, que solucionou o problema da longa distância entre o município e o porto de Santos, distância que inviabilizava economicamente o transporte da produção em lombo de burros (HOLLOWAY, 1979).

Nessa fase, era comum as áreas produtoras de café serem conhecidas pelos nomes das estradas de ferro. Dessa forma, a região de Ribeirão Preto passou a ser conhecida como Alta Mogiana (PINTO, 2000).

De uma maneira geral, o café foi o grande propulsor de novos trechos e prolongamentos das linhas da Mogiana. Alguns desses trechos passavam dentro das grandes fazendas que, além de cultivar o grão, progressivamente ampliavam o processo de beneficiamento (ZAMBONI, 1993).

Formavam-se grandes fortunas da produção, beneficiamento e comercialização do café. Parte desses lucros era investida nos meios de transporte. As ferrovias tornavam-se um bom investimento, pois eram responsáveis pelo deslocamento do café do interior paulista para o porto de Santos, de onde era exportado para a Europa e para os Estados Unidos (ZAMBONI, 1993).

A ligação entre o interior e o porto de Santos pela linha férrea contribuía para estabelecer vínculos entre os cafeicultores e as casas comissárias e bancos situados em São Paulo e Santos. Quanto mais sólidas essas relações e estreitos os vínculos, mais fácil era o acesso dos fazendeiros aos créditos bancários (ZAMBONI, 1993).

Ribeirão Preto foi uma das grandes beneficiadas por essas casas comissárias e bancos. Um exemplo desse vínculo era o Conselheiro Antonio Prado e Pacheco Chaves. Grandes fazendeiros da região eram também “proprietários de uma casa comissária em Santos: a Prado & Chaves” (ZAMBONI, 1993 p. 97).

## QUE VENHA O IMPERADOR!



Casa sede da chácara de Rodrigo Pereira Barreto onde se hospedou o imperador em sua visita à Ribeirão Preto. Estava localizada na Rua Luiz da Cunha, próximo a Av. Jerônimo Gonçalves, em frente a Praça Schmidt. Em 1889 foi adquirida por Martinho Prado Júnior, ficando então conhecida como Palacete Martinho Prado. Posteriormente, foi comprada pela Cia. Antarctica Paulista, onde funcionou a sede da Fundação Antonio e Helena Zerrenner. O prédio foi demolido em 1975. Data: c. 1910. Fotógrafo Ernesto Kühn – Photographia Moderna (APHRP, F176).

Com o grande crescimento das estradas de ferro pelo país e diante da necessidade de conhecer as áreas de maior desenvolvimento econômico do seu reino, o Imperador Dom Pedro II e sua esposa Tereza Cristina viajaram por algumas cidades paulistas e mineiras entre 1885 e 1886. Em uma dessas viagens estiveram em Ribeirão Preto, quando o café já despontava economicamente e a terra roxa já era amplamente comentada em outras regiões do país. Chegaram com sua comitiva real em 24 de outubro de 1886 para a inauguração de um ramal da Estrada de Ferro Mogiana (TORNATORE, 2006). Foram planejados para a chegada do casal o estouro de fogos de artifícios, uma missa em ação de graças, apresentação de cavalhadas e um grande baile de gala (PRATES, 1956).

Entretanto, as comemorações não tiveram o sucesso esperado pelos políticos locais. Choveu muito e todas as festividades tiveram que ser abortadas, restando apenas uma modesta reunião dançante. Dom Pedro II e sua esposa hospedaram-se no palacete do Dr. Rodrigo Pereira Barreto, mas para chegar até lá, com a enxurrada provocada pela chuvarada, tiveram que improvisar como contou o garçom italiano, Antônio da Colina, que serviu ao casal:

O trem chegara bastante atrasado e debaixo de um grande aguaceiro. Por isso a comitiva real, devido às chuvas, permanecera algum tempo no interior da pequena estação, que na época era localizada no Bairro da República, em terrenos que pertenceram posteriormente ao Sr. Vilalobos. No local além de uma considerável multidão, encontravam-se também o Intendente municipal e outros edis monarquistas que aguardavam impacientes, o amainar da chuva torrencial, que parecia zombar da paciência de todos, que, descontentes, previam o fracasso das grandes festividades destinadas aos monarcas. [...]

Como a chuva continuasse e os troles e carros de praça onde os Soberanos embarcariam estivessem todos enlameados até nos seus interiores, os promotores da recepção para sanar aquela anomalia, conseguiram algumas liteiras, muito em uso na ocasião, as quais carregadas por escravos possantes conduziram os magnânimos imperadores [...] (PRATES, 1956 p. 76).



Por ocasião da sua visita, um dos homens de maior prestígio econômico e político era João Franco de Moraes Octávio, cafeicultor, criador de gado e comerciante de escravos. Aguardava a vinda dos Imperadores com a expectativa de receber o título de barão. Fato que não aconteceu (MORAES, 1992). Pedro II não parecia estar disposto a agregar à aristocracia um escravocrata convicto, numa província cujo poder crescente estava nas mãos de liberais e positivistas.



João Franco de Moraes Octávio com esposa e filhas. Da esquerda para direita: Tita, Virginia e Anna (esposa, com a mão esquerda sobre o ombro de João Franco); Mirandolina Braga (filha com a mão direita sobre o ombro do pai João Franco). João Franco foi fazendeiro e primeiro proprietário da Fazenda Monte Alegre, comprada posteriormente por Francisco Schmidt. Data c.: 1890. Fotógrafo: não identificado (APHRP, F623).



### 3. DO CHICOTE À CADERNETA: ESCRAVOS E IMIGRANTES NAS TERRAS DO CAFÉ



A colheita do café pelos colonos italianos (Brazil Magazine, 1911).

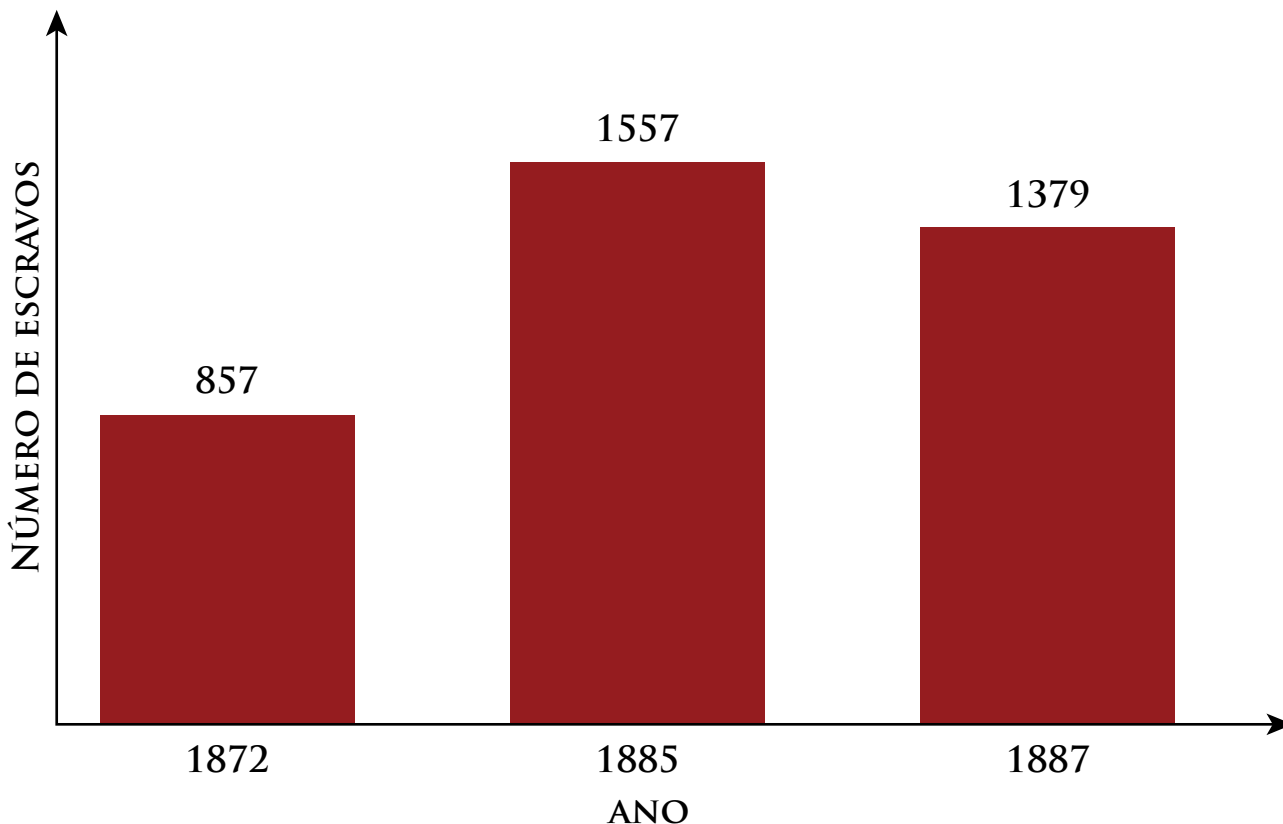
Vista de trabalhadores junto à locomotiva e vagões para transporte de café na Fazenda Chimborazo da Companhia Agrícola Ribeirão Preto. O transporte de sacas de café era realizado por meio de uma malha de trilhos que atravessavam o perímetro da fazenda. Data: c. 1920/1930. Fotógrafo: Theodor Preising (APHRP, F301).





A cafeicultura no Oeste Paulista, a exemplo do Vale do Paraíba, desenvolveu-se inicialmente com a mão de obra escrava. Durante décadas foi difundida a ideia de que não houve trabalho escravo em quantidade significativa em Ribeirão Preto, contudo, pesquisas recentes conseguiram não só quantificar essa mão-de-obra, como também identificar a sua real importância para a formação da identidade cultural do ribeirãopretano.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DE ESCRAVOS EM RIBEIRÃO PRETO (ADAPTADO DE LAGES, 1997).

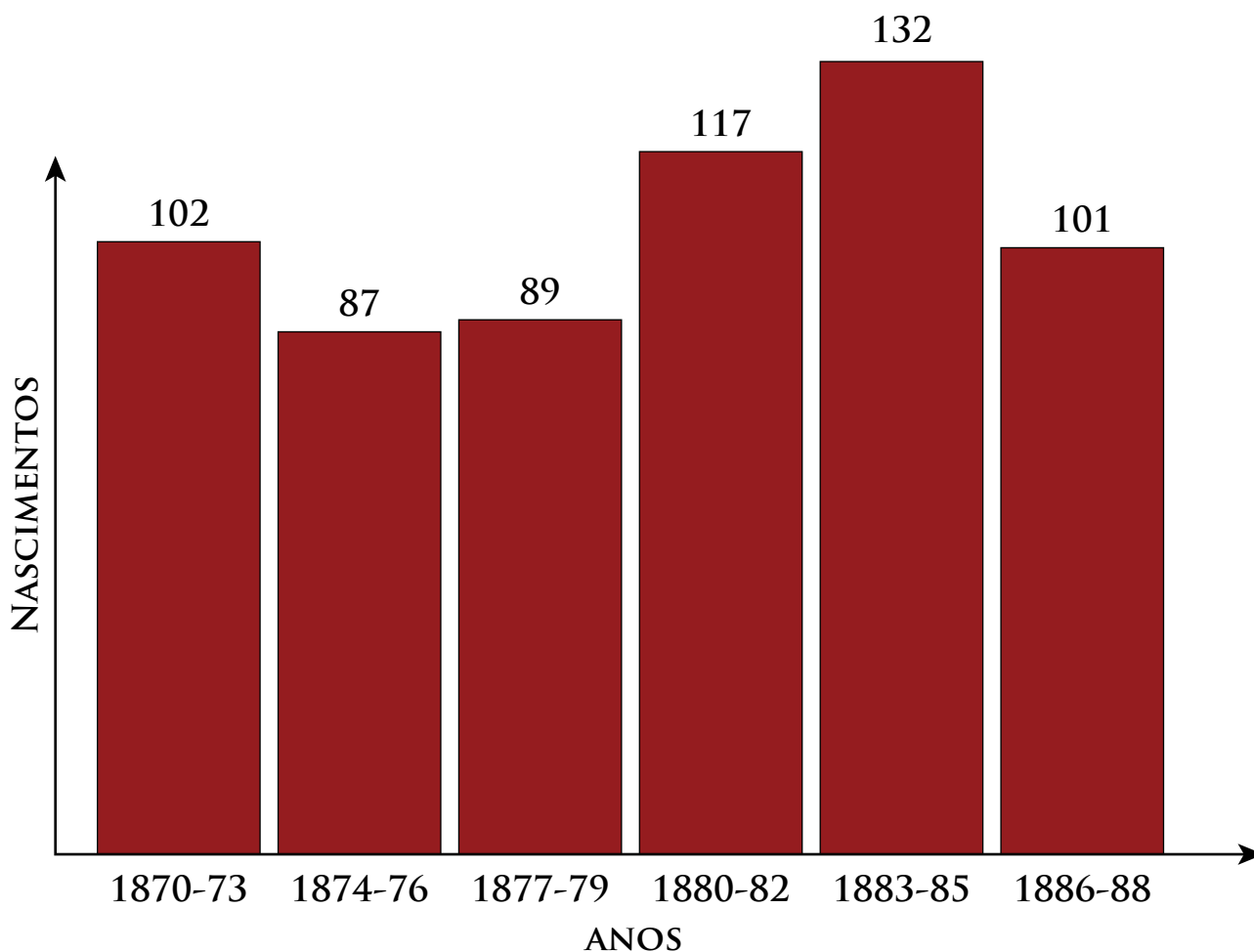


O escravizado africano chegou a Ribeirão Preto juntamente com os primeiros entrantes vindos de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX. Inicialmente, trabalharam nas atividades de policultura, criação de gado e trabalho doméstico. Com a inserção da cafeicultura na região, os escravos foram responsáveis pela plantação dos primeiros cafeeiros, ainda na década de 1870.

João Franco de Moraes Octávio, o primeiro proprietário da Fazenda Monte Alegre, que hoje abriga o Museu Histórico, o Museu do Café e o Campus da USP-RP, foi proprietário de escravos e um dos primeiros cafeicultores da região. Migrante de Minas Gerais, morou em Atibaia e Descalvado antes de fixar-se em Ribeirão Preto. Adquiria tropas em Sorocaba e as comercializava no Rio de Janeiro, voltando com os escravos negociados para abastecer a mão-de-obra nas fazendas de café da região (MORAES, 1992).

O crescimento populacional total e o expressivo aumento da população escrava deveram-se, principalmente, à expansão do café e à necessidade imediata de mão-de-obra. Em Ribeirão Preto esse aumento pode ser observado no aumento do número de nascimentos de filhos de escravos entre 1877 e 1885.

GRÁFICO 2: NÚMERO DE NASCIMENTO DE FILHOS DE ESCRAVOS EM RIBEIRÃO PRETO ENTRE 1870 E 1888  
GRÁFICO ADAPTADO A PARTIR DOS DADOS COLETADOS POR DAVID JR. (2006)



Na última década do período escravocrata, os cativos eram organizados predominantemente em famílias matrifocais, ou seja, em torno de mães solteiras e representavam uma parte considerável da riqueza dos fazendeiros (entre 35% e 76%), que faziam a manutenção dessa mão-de-obra a partir do crescimento vegetativo (diferença entre as taxas de mortalidade e de natalidade) e em segundo lugar, com o tráfico interno (DAVID Jr, 2006).

A libertação dos escravos em Ribeirão Preto ocorreu em 1887, por ato da Câmara Municipal. Contudo, a mão-de-obra escravizada já vinha sendo substituída pelo trabalho assalariado. Tendo vivido sob a lei do chicote e sofrido um processo de desenraizamento cultural, os negros passaram da condição de submissão oficial para a informalidade, muitos se estabeleceram na zona urbana, dedicando-se às atividades de ambulante ou aos serviços domésticos, enfrentando no dia-a-dia o desafio complexo de reconstituir sua identidade cultural.

Intelectuais positivistas de peso como Luiz Pereira Barreto vislumbravam as mudanças decorrentes da falta de mão-de-obra e começavam a divulgar a necessidade da adoção de políticas de imigração mesmo antes da abolição da escravidão.

[...] Sabemos todos que as condições, que regulam o nosso trabalho agrícola, vão muito breve modificar-se do todo ao todo; e um fazendeiro providente deve empregar todos os seus esforços para atenuar os males inevitáveis, que os nossos filhos vão atravessar no mais grosso da tormenta.

Não podemos contar só com a fertilidade da terra roxa e nos pôr a dormir sobre rosas: podemos despertar sobre espinhos.[...]

Precisamos trabalhar, precisamos organizar a providência humana. Ora, são precisamente os braços do trabalho, que nos vão faltar. Muito breve, ou antes, desde já, não temos outro recurso senão a colonização. Mas, esta não virá de um modo efetivo, enquanto não forem removidos certos óbices.

O primeiro destes óbices é o art.5º da nossa constituição, que concedeu à religião católica, o privilégio de religião do Estado. [...]

Ciências naturais e terra roxa; filosofia positiva e poesia nos bancos da escola; arados e trabalho entre as ruas verde-rubras de esplendorosos cafezais; embelezamento do espírito e embelezamento da terra, nossa mãe comum; elevação do nosso nível moral repousando sobre as bases imutáveis de uma consciente e enérgica extensão de nossa vida material: eis o mais alto e grandioso ideal, que se deve nutrir todo verdadeiro patriota. [...] (Barreto, 1876).



Positivismo, liberalismo, modernidade, esse era o espírito que impregnava o desenvolvimento do café na província de São Paulo. O trabalho assalariado era reconhecido como a forma mais adequada ao tipo de prosperidade esperada. Os braços para o café deveriam vir de fora do país, por meio da imigração.

Por algum tempo negros e imigrantes dividiram os cafezais. Antes da abolição da escravatura, os imigrantes, em especial os italianos, ajudavam na expansão rápida das plantações. Estabeleceu-se um fluxo migratório contínuo durante a transição do trabalho escravo para o assalariado.

Entre 1886 e 1900 a população do município passou para 59.195 (SANTOS, 2006). Em 1886, os austríacos representavam 46,2% dos estrangeiros, enquanto os italianos correspondiam a 20,7% e os portugueses 18,4%. Em 1902 a situação se inverteu: os imigrantes italianos perfaziam um total de 83,7%, os portugueses 7,9%, os espanhóis 5,1% e os austríacos apenas 1,7% (SANTOS, 2006). Esses e outros números tornaram a zona da Mogiana, em torno de Ribeirão Preto, a mais importante área para a história do café e da imigração (HOLLOWAY, 1979 p. 39).

Os problemas de adaptação enfrentados pelas famílias de imigrantes que chegavam à região para trabalhar nas fazendas de café eram vários, entre os quais estavam o alto índice de analfabetismo e o desconhecimento da língua portuguesa. A condição de estrangeiro e de analfabeto contribuía para a aceitação de contratos de trabalho que, geralmente, tornavam os imigrantes dependentes financeiramente dos agricultores pelo endividamento nos armazéns das fazendas, onde os preços altos dos alimentos contrastavam com a baixa renda dos trabalhadores. O controle social era mantido pelas dívidas anotadas na caderneta.

Para garantir sua subsistência, os colonos praticavam a policultura e a horticultura nas fileiras entre os pés de café. Essa prática, além de suprir o sustento da família, possibilitava a constituição de uma poupança que poderia garantir uma futura independência financeira. Depois de anos de trabalho, alguns imigrantes estabeleceram-se como proprietários rurais em Ribeirão Preto e região, ou como pequenos comerciantes, industriais e prestadores de serviço na zona urbana.



Passaporte italiano de 1899 (APHRP, 1899)

## LONGE DA GUERRA INTERNACIONAL, MUITO PERTO DOS CONFLITOS PELOS DIREITOS

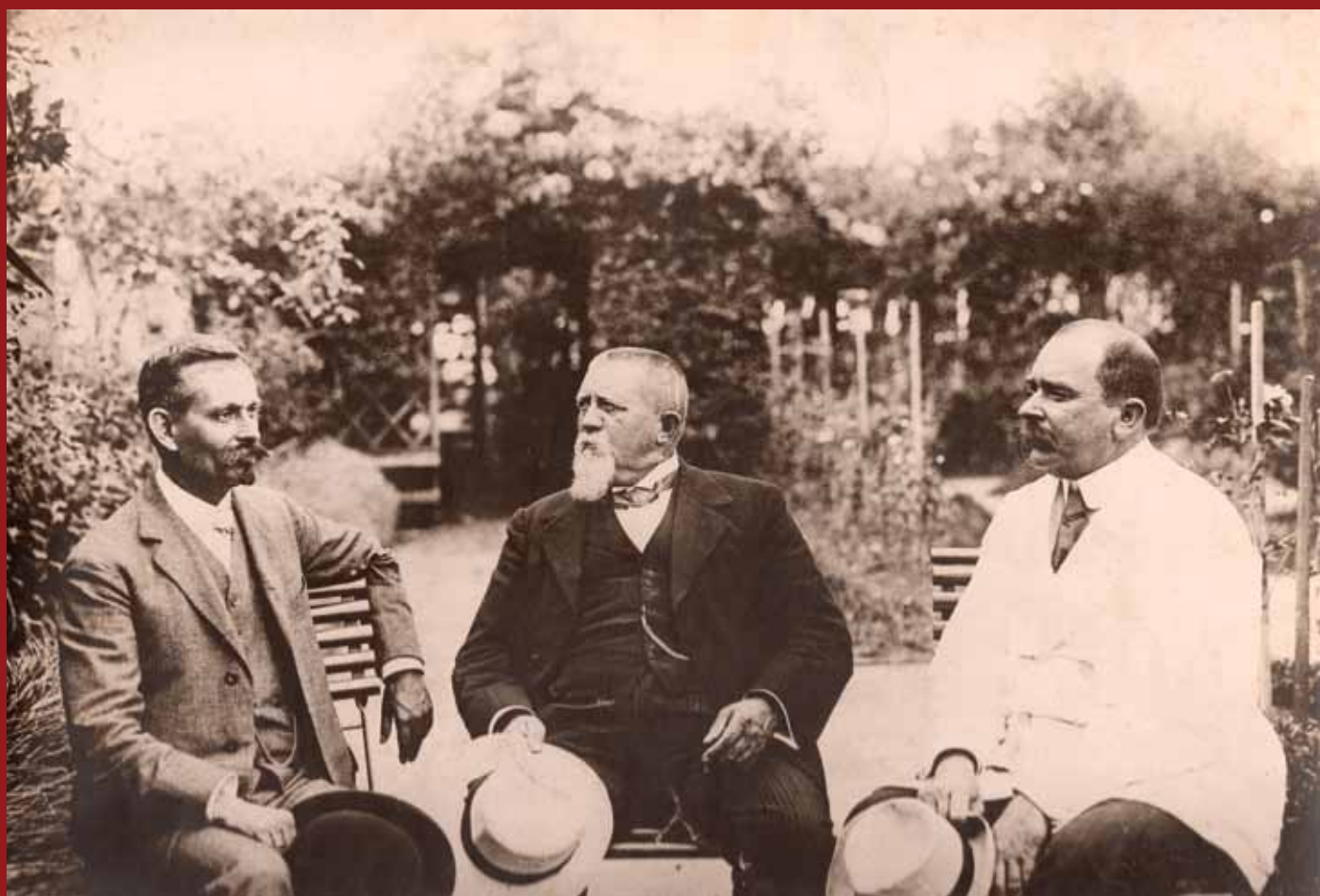


Apesar de uma minoria ter conseguido ascender socialmente, as condições de trabalho dos imigrantes, em geral, não eram satisfatórias. Os colonos ficavam à mercê das deliberações do patrão, senhor dos direitos e deveres do trabalhador. Em caso de abusos cometidos pelos fazendeiros, o consulado poderia intervir em defesa dos trabalhadores estrangeiros, contudo, na maioria das vezes mantinha uma atitude conciliatória. Assim, os colonos eram normalmente entregues à própria sorte, sujeitos às decisões dos cafeicultores. Um exemplo foi a demissão coletiva de aproximadamente cem húngaros, em 1925, colonos de uma fazenda de Orlândia. Famílias inteiras que desconheciam a língua portuguesa foram despejadas na estação de trem, ali ficando durante dias sem comida e assistência médica (DIÁRIO da manhã, 1925 p. 1). Casos como esse eram comuns no final do século XIX e no início do XX, provocando movimentos de resistência por parte dos trabalhadores rurais, manifestados em ações individualizadas ou, mais raramente, em greves de grande repercussão.

Dois dos movimentos mais expressivos ocorridos em Ribeirão Preto foram as greves de 1912 e 1913, que envolveram milhares de trabalhadores das fazendas de café do Coronel Francisco Schmidt e Francisco da Cunha Diniz Junqueira. Os trabalhadores reivindicavam melhoria de salários, de condições de trabalho e terras para o cultivo de cereais. Um dos motores desse movimento foi a proibição, por parte dos fazendeiros, do cultivo entre as fileiras de cafeeiros, ameaçando o sonho do imigrante de se tornar independente financeiramente, podendo consumir e vender o que plantasse.

Entre os descendentes dos escravizados africanos e dos milhares de imigrantes de várias nacionalidades que se estabeleceram na região, ainda é possível identificar traços fortes dessas culturas nos dias de hoje. Esses grupos, muitas vezes esparsos, ainda conservam peculiaridades importantes das suas raízes e, em Ribeirão Preto, construíram significados próprios e geraram bens culturais que os identificam. Como exemplo é possível citar o Festival Tanabata, fruto dos esforços da comunidade japonesa, a Associação Dante Alighieri, organizada pelos italianos e o Centro Cultural Orunmilá, dedicado, entre outras atividades, à valorização e à consolidação da cultura afro-descendente.

## 4. MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM JUÍZO: MEMÓRIAS DO CORONELISMO



Cel. Arthur Diederichsen (à esquerda), Cel. Francisco Schmidt (no centro) e Dr. Francisco de Freitas Ramos. No ano de 1890 Arthur e Schmidt adquiriram a Fazenda Monte Alegre de João Franco Moraes Octávio. Em 1942, o Governo do Estado de São Paulo instalou na Monte Alegre a Escola de Agricultura "Getúlio Vargas" e em 1952 a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Data: c. 1920, Fotógrafo: não identificado. (APHRP. F295).

Manifestação em frente ao prédio da Câmara e Cadeia, na rua Cerqueira César. Vereadores e autoridades à frente de um grupo armado que liderou um movimento de deposição da Câmara Municipal. Entre eles: Cel. Fernando Ferreira Leite – fazendeiro, capitalista e representante do Banco de Ribeirão Preto; Dr. José Alves Guimarães Júnior – advogado e fazendeiro; Major Antônio Barbosa Ferraz Júnior – fazendeiro; Joaquim José de Faria – comerciante e fazendeiro; Dr. Francisco Augusto César – médico; Cel. Arthur Diederichsen – fazendeiro; José de Amorim – funcionário municipal; Manuel Marcondes; Dr. Juvenal Malheiros de Souza Menezes – Juiz Municipal; Dr. Manuel dos Santos Saraíba – advogado e político (Correio Paulistano, 2/12/1945). Data: 1891. Fotógrafo: não identificado (APHRP, F269).



Políticos integrantes do PRP – Partido Republicano Paulista. Sentados, da esquerda para direita: Coronel Fernando Ferreira Leite, um dos chefes políticos locais, fazendeiro e presidente do Banco de Ribeirão Preto; José Alves Guimarães Júnior, figura do cenário público de São Paulo, também cafeicultor na região e posteriormente deputado e senador do Estado; em seguida o Major Antonio Barbosa Ferraz Júnior, proprietário de várias fazendas não só em Ribeirão Preto, como em Cravinhos. Em pé, da esquerda para a direita: Joaquim José de Faria, comerciante e fazendeiro; Dr. Francisco Augusto Cesar, médico; Coronel Artur Diederichsen, fazendeiro e cafeicultor (de terno claro), sócio de Francisco Schmidt na compra da fazenda Monte Alegre; José de Amorim, funcionário municipal; Manoel Marcondes, Dr. Juvenal Malheiros, então juiz em Ribeirão Preto; Manuel dos Santos Saraíba, advogado e político. Data: c. 1890/1900. Fotógrafo: não identificado. (APHRP, F271).

A expressão “coronelismo” é usada num sentido restrito para designar o poder exercido pelos chefes políticos locais sobre o eleitorado, buscando influenciá-lo para votar em determinados candidatos. Contudo, o poder dos coronéis era bem mais amplo, abarcando a prestação de favores, a nomeação de apadrinhados e parentes junto à administração pública e a influência direta ou indireta sobre a vida política e econômica do país (BACELLAR, 1999).

Esse poder, em especial dos coronéis paulistas, foi consolidado no período da República Velha, embasado fundamentalmente na expansão da economia cafeeira. Entre o final do século XIX e início do século XX a região da Mogiana já liderava a produção do café em São Paulo. Dentre as zonas existentes, 34% do total de toneladas produzidas advinham dessa região (ZAMBONI, 1993).

O poder político dos cafeicultores nessa fase foi amplamente estudado por historiadores brasileiros, que analisaram o Coronelismo e a “Política café com leite” como estruturas de poder essenciais para nortear a interpretação da questão social nesse período. Os grandes fazendeiros manipulavam a política utilizando mecanismos que os beneficiavam tanto no âmbito econômico como político. Os rendimentos da maior parte dos municípios, sob a influência dos cafeicultores, dependiam das safras de café que serviam de alavanca para o comércio, para a indústria e para o setor de prestação de serviços, tornando as cidades do interior do Estado de São Paulo verdadeiros polos de atração populacional. Foi o que ocorreu em Ribeirão Preto.

A grande concentração fundiária e econômica fortalecia o poder dos cafeicultores na política local, dominada predominantemente, desde o final do século XIX, por dois homens: Coronel Francisco Schmidt, que deteve a maior área produtora de café do mundo e Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que dominou a situação política em Ribeirão Preto durante os anos de 1920, controlando os representantes políticos locais, como o prefeito, os vereadores e os juízes (WALKER, 1978).

Francisco Schmidt, em 1906, obteve uma produção de 300 mil sacas de café. Em 1912 chegou a possuir o maior cafezal do Brasil com 7.885.154 pés, contando com milhares de trabalhadores dentro das suas dezenas de propriedades administradas a partir da Fazenda Monte Alegre.

O Partido Republicano Paulista, criado em 1873, era o órgão de representação política dos coronéis do café. O P.R.P. defendia o aumento da autonomia municipal, garantindo que daria ao grupo dos cafeicultores maior poder econômico para efetuar transações comerciais com o mercado externo. Seus representantes negociavam com o governo federal medidas que pudessem beneficiar os produtores de café, fundindo os interesses econômicos pessoais com os interesses públicos. Nos debates ocorridos na Câmara Municipal, os vereadores coronel Francisco Schmidt, doutor João Alves Meira Júnior, doutor J. P. Veiga Miranda, coronel Manoel Maximiano Junqueira, coronel Gabriel Junqueira, coronel José Martiniano da Silva, capitão Antônio Ignácio da Costa, capitão José de Castro e o doutor Macedo Bittencourt teciam considerações sobre os problemas que a lavoura cafeeira e o mercado de café atravessavam:





[...] A lavoura cafeeira atravessa um período de dificuldades, de verdadeira apreensão pelas dificuldades de transporte do produto para os mercados estrangeiros, pelas leis repressivas da importação decretadas por outros países e finalmente pela guerra europeia, que desorganizou a vida econômica de todas as nações. A presente safra de café, forçosamente será sacrificada se medidas não forem tomadas que venham amparar contra as previstas especulações mercantis resultantes principalmente da diminuição de mercados. Neste sentido a Sociedade Nacional de Agricultura, assim como a Sociedade Promotora de Defesa do Café, recentemente fundadas na Capital já oficializaram ao Senhor Presidente da República pedindo a sua cooperação no sentido de serem decretadas medidas urgentes que possam salvaguardar os interesses da lavoura. O Senhor Presidente do Estado solícito como se mostra para resolver os grandes problemas econômicos que nos apertam, já se dirige também ao Senhor Presidente da República pedindo-lhe igualmente que amparasse com medidas eficazes a lavoura cafeeira. Sendo Ribeirão Preto o município cafeeiro por excelência, cuja produção excede bastante a qualquer outro, não pode tornar-se indiferente, antes deve estudar com a maior solícitude solução do grave problema em debate. [...]

Resolve secundar francamente a ação da lavoura e do Senhor Presidente do Estado, telegrafando ao Senhor Presidente da República para pedir-lhe que, em execução das autoridades legislativas, forneça aos Estados produtores de café os recursos necessários para a defesa de sua produção [...] (Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Ata da sessão extraordinária, 7 de julho de 1917).



Vale a observação de que quatro dos nove vereadores presentes a esta seção da Câmara tinham o título de Coronel, sendo dois da família Junqueira e um da família Schmidt. Entre 1910 e 1928, 56,6% dos vereadores eleitos eram agricultores ou filhos de agricultores, o que demonstra, apesar de alguns também acumularem profissões urbanas, que os fazendeiros tinham supremacia na Câmara Municipal (WALKER, et al., 2000). As esferas pública e privada fundiam-se na atuação desses homens nos poderes legislativo e executivo (ROSA, 1999).

Cabe destacar que em meio ao universo dos “coronéis” existiram duas figuras femininas, proprietárias de grandes porções de terras e cafezais: Dona Francisca Maria Silveira do Val e Iria Alves Ferreira.

Detentores de muitas terras e de grande poder econômico e político, os fazendeiros movimentavam a economia da região, fomentando atividades comerciais e industriais variadas. Era o café a espinha dorsal da economia paulista, responsável por dar sustentação à influência dos coronéis nos assuntos públicos (LAGES, 1996).

Nesse sentido, as crises atravessadas pela cafeicultura transformavam-se em prioridades nas discussões da Câmara dos Vereadores. Um exemplo disso é a preocupação demonstrada na Câmara pela diminuição dos mercados consumidores, durante a Primeira Grande Guerra Mundial. Essa crise intensificou-se em 1918, com a ocorrência de uma geada que causou danos irreversíveis a 70% dos cafezais da região. Fazendas, antes ocupadas unicamente por cafezais, diversificaram sua produção agrícola, tentando outras lavouras, como a do algodão. Paralelamente à diversificação agrícola, o número de pequenas propriedades aumentava timidamente, sem conseguir, contudo, sobrepujar a importância das grandes áreas produtoras (ROSA, 1999).

Entre as duas grandes Guerras Mundiais o café superou o período de crises aumentando a produção. Como resultado desse crescimento, o mercado passou por um aquecimento, provocando um “boom” econômico da cafeicultura no início dos anos 1920.

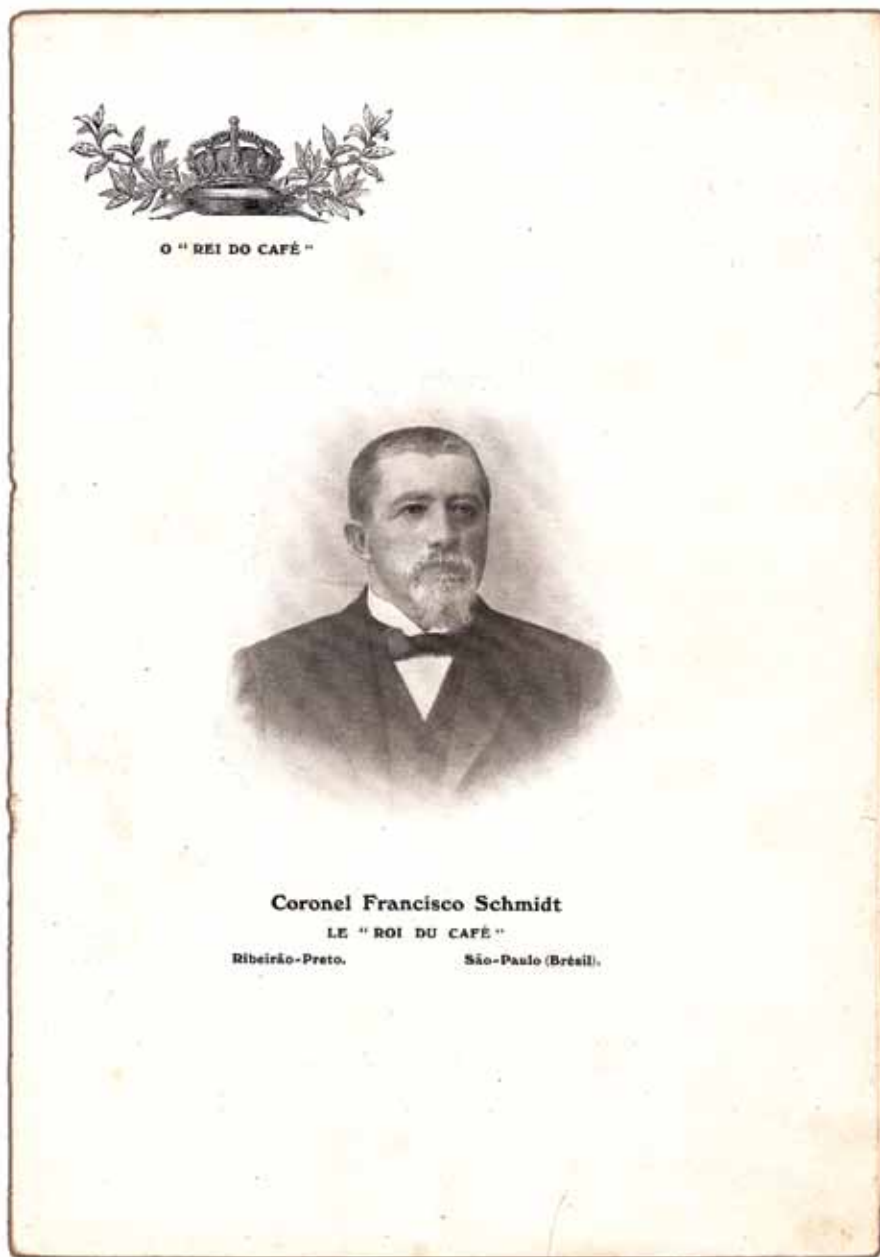
A crise econômica mundial, deflagrada em 1929, atingiu a economia brasileira e a sua principal atividade econômica, a produção de café. A queda nas exportações causou uma crise sem precedentes no setor. Mesmo assim, alguns fazendeiros da região de Ribeirão Preto continuaram aumentando a produção cafeeira até 1935 garantida pela política protecionista do governo e pelas lavouras novas que tinham sido plantadas no período anterior à crise e que continuavam produzindo café (ROSA, 1999). Por conta da crise, outras culturas como o algodão tiveram um significativo crescimento.

A manutenção do aumento da produção de café, a grande malha ferroviária que cortava Ribeirão Preto e a intensificação da diversificação agrícola (que garantiu preços melhores aos produtores) atenuaram os efeitos da crise, evitando o abandono das terras, como acontecera no Vale do Paraíba.

Mas o retardo da crise só foi possível até meados da década de 1930, quando as mudanças nas estruturas fundiária e política de Ribeirão Preto, começaram a interferir no cotidiano econômico dos fazendeiros. Houve, à época, aumento do número de pequenas propriedades, resultado do loteamento de grandes latifúndios (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1933). Começava a diminuir o poder de negociação na política estadual e nacional dos cafeicultores paulistas.



No tempo do café, quando a economia e a política eram assuntos exclusivamente masculinos, Iria Alves Ferreira Junqueira administrou os negócios da família após a morte do marido. Entre o final do século XIX e início do XX, passou a ser conhecida como a Rainha do Café. Considerada uma mulher enérgica nos negócios, chegou a ser acusada de matar o marido de uma de suas filhas. Foi proprietária da fazenda Pau Alto, uma das maiores produtoras de café, com uma área de 1.300 alqueires. A fazenda possuía mais de 1 milhão de pés de café que produziam 100 mil arrobas por ano. A fazenda possuía três colônias com cerca de 200 casas e foi uma das primeiras propriedades a receber os imigrantes japoneses para o trabalho nos cafezais. Iria Junqueira foi benemérita de diversas instituições da cidade, entre as quais a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo dos Inválidos, Sociedade Legião Brasileira e a Sociedade Amiga dos Pobres. Foi casada em primeiras núpcias com Luiz Antônio da Cunha Junqueira e em segundas núpcias com o coronel Arthur Jasmim de Carvalho Delgado com quem não teve filhos. Faleceu em São Paulo, SP, em 1927 (Brazil Magazine, 1911 - APHRP).



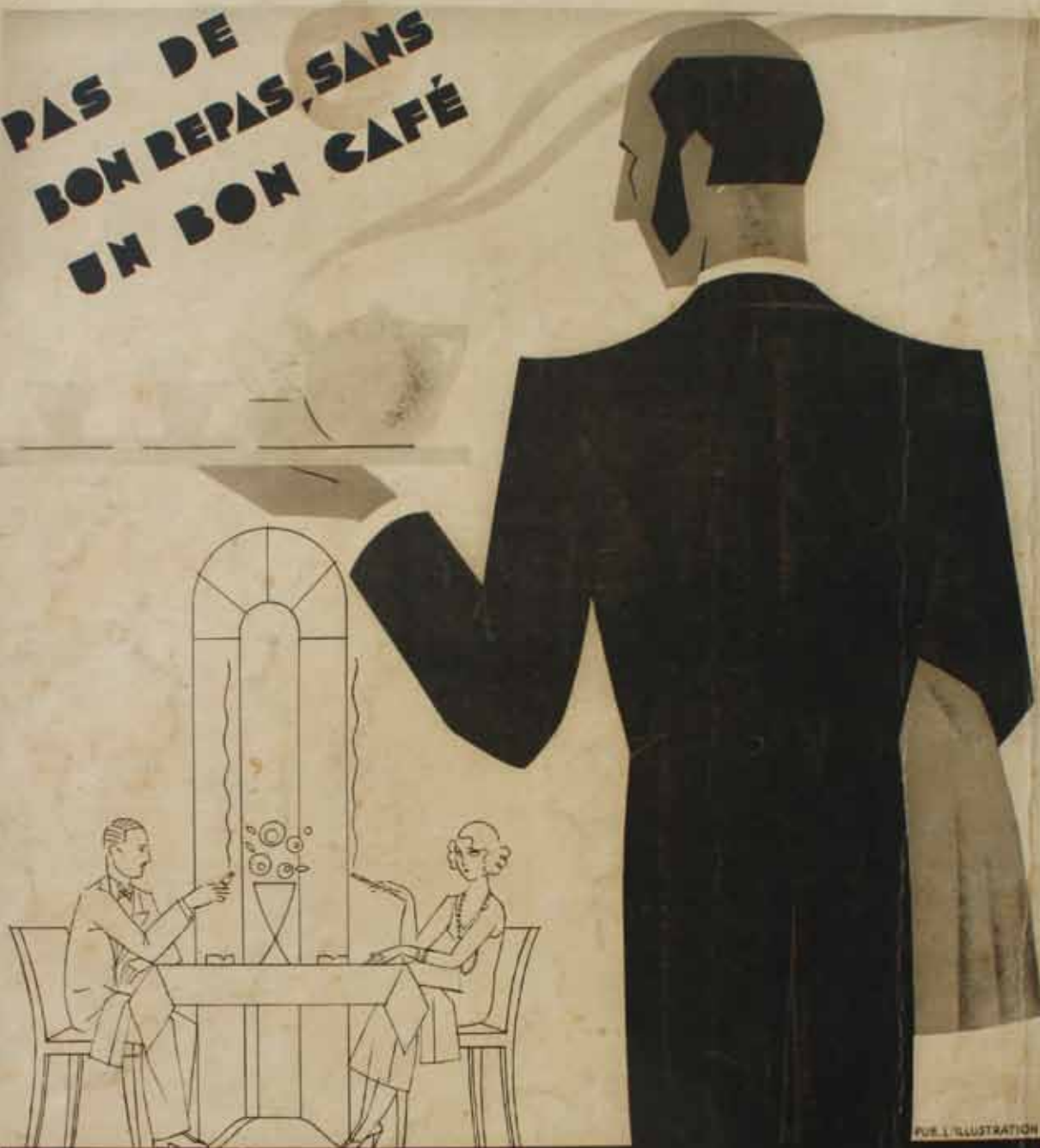
Francisco Schmidt. Nasceu em Bremem, Alemanha, em 3/10/1850, filho de Jacob Schmidt e Gertrudes Rauskold Schmidt. Em 1858, a família Schmidt chegou ao Brasil, para trabalhar na Colônia São Lourenço, na Fazenda Felicíssima, de propriedade do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros, em São Carlos do Pinhal (atual São Carlos). Foi nesta fazenda que Francisco Schmidt entrou em contato com a cultura do café.

Posteriormente, transferiu-se para a cidade de Belém do Descalvado (atual Descalvado, SP), onde trabalhou na fazenda de Rafael Tobias Aguiar. Em 1873, casou-se com Albertina Kolh com quem teve 8 filhos. No ano de 1878, adquiriu um armazém de secos e molhados e, neste período, começou a trabalhar como corretor de café para a firma Theodor Wille e Co.

Em 1889, vendeu o seu estabelecimento em Descalvado e comprou sua primeira fazenda, denominada "Bela Paisagem", no município de Santa Rita do Passa Quatro. Passou a investir na compra e venda de fazendas e conseguiu, com isso, aumentar o seu capital. Em 1890, comprou, em sociedade com o Coronel Arthur de Aguiar Diederichsen, a Fazenda Monte Alegre (atual Museu do Café), até então de propriedade de João Franco de Moraes Octávio. Arthur Diederichsen vendeu sua parte na fazenda, e Schmidt tornou-se o único proprietário. Com o financiamento da firma Theodor Wille e Co., comprou inúmeras fazendas nos municípios de Ribeirão Preto, Franca, Brodowski, Orlândia, Araraquara, Sertãozinho, Serrana, entre outros. Chegou a possuir 62 fazendas, onde existiram, aproximadamente, 16 milhões de pés de café.

Em 1913, era o maior produtor de café do Brasil e recebeu o título de "Rei do Café". Além do café, implantou o primeiro engenho de açúcar da região, em Sertãozinho, em 1906 (Engenho Central, no atual município de Pontal), e dedicou-se também à pecuária e ao cultivo de algodão. Em 1901, foi nomeado, pelo então presidente da República, Campos Sales, coronel-comandante da 72ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional. Foi vereador em Ribeirão Preto por 6 legislaturas, sendo nomeado presidente da Câmara Municipal em 2 mandatos. Em 1895, junto com o Coronel Virgílio da Fonseca Nogueira, Doutor Luiz Pereira Barreto, Augusto Ribeiro de Loiola, Flávio de Mendonça Uchoa, e outros, idealizou a construção do Theatro Carlos Gomes, inaugurado em 1897. Com a morte de sua esposa, em 1917, organizou com seus filhos, a Cia. Agrícola Francisco Schmidt, mudando-se, logo depois, para São Paulo, SP, onde faleceu no dia 18/5/1924. (Brazil Magazine, 1911).

**PAS DE  
BON REPAS SANS  
UN BON CAFÉ**



PUB. L'ILLUSTRATION

**LE CAFÉ DU BRÉSIL**  
*est le préféré des gastronomes*

Propaganda do café do Brasil na revista "L'illustration", editada em Paris em junho de 1936 (L'illustration, 1936, APHRP).

PUB. L'ILLUSTRATION



*un seul café pour tous*

**LE CAFÉ DU BRÉSIL**

## NO TEMPO DOS CAFEZAIS: COTIDIANO E ARTE NAS FAZENDAS DE CAFÉ



Detalhe da parede lateral da sala de jantar da casa (lado direito) da avenida Caramuru, antigo Solar Villa-Lobos. Data: c.1894/95 (BORGES, 1999).

## DIA-A-DIA DOS TRABALHADORES DO CAFÉ



Colônia da Fazenda Guatapara em 1889. Ao fundo da foto é possível observar a mata nativa que foi retirada para a construção das casas (Martinho Prado in Memorian, 1943).

Os trabalhadores dos cafezais da região de Ribeirão Preto, particularmente entre a última década do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, eram predominantemente imigrantes italianos. Chegavam ao porto de Santos com os seus pertences pessoais e a suas famílias. Ao desembarcar nas fazendas recebiam uma casa na colônia - grupo de casas próximas ao cafezal, normalmente alinhadas uma ao lado da outra de frente para um pátio, formando uma rua. Algumas colônias eram nominadas pela origem dos seus moradores, como no caso da Fazenda Monte Alegre, em Ribeirão Preto: Colônia Milanese, Napolitana, Portuguesa, etc. (MORAES, 1992).

As casas eram feitas de tijolos ou pau-a-pique. Aos fundos, o quintal poderia ser dividido ou comum, onde se praticava a horticultura e a criação de pequenos animais, como cabras, porcos, galinhas e patos. Não raro, a convivência entre as várias famílias era permeada por desavenças. Brigas e disputas eram frequentes, provocadas por discussões sobre a utilização dessas áreas, responsáveis, em parte, pela produção de excedentes, que representavam a garantia para os tempos de má colheita do café e para a poupança da família (GARCIA, 1997).



Colonos da Fazenda Guatapará em 1887 (Martinho Prado in Memorian, 1943).

Cabia aos colonos suprir suas necessidades com alimenta. Entre as fileiras de café, as famílias plantavam milho, arroz, feijão e outros gneros agrícolas. Homens, mulheres, crianças, velhos, todos tinham suas obrigaes. Quanto maior a família, mais fácil a sua contratao por parte dos agricultores, afinal, mais crianças, mais braços para a lavoura. Um jargão muito propagado na época evidenciava a relao da criança com a lavoura: “trabalho de criança é pouco, mas quem o desperdiça  louco”. s mulheres cabia o cozimento dos alimentos, a lavagem e o reparo das roupas, a limpeza da casa e do terreiro e o cuidado com a horta e os pequenos animais. Além de todos esses afazeres, elas ainda trabalhavam parte do dia no cafezal, levando consigo as crianças. As crianças maiores trabalhavam com os pais na lida do café. Zaira Zanutin, filha de imigrantes italianos, propagou ao longo da vida que ganhou sua primeira enxada, aos sete anos. As crianças menores, que ainda se amamentavam no peito, eram aninhadas em sacos embaixo dos ps de café, enquanto a mãe trabalhava na colheita do grão, período que exigia a participao de toda a família.

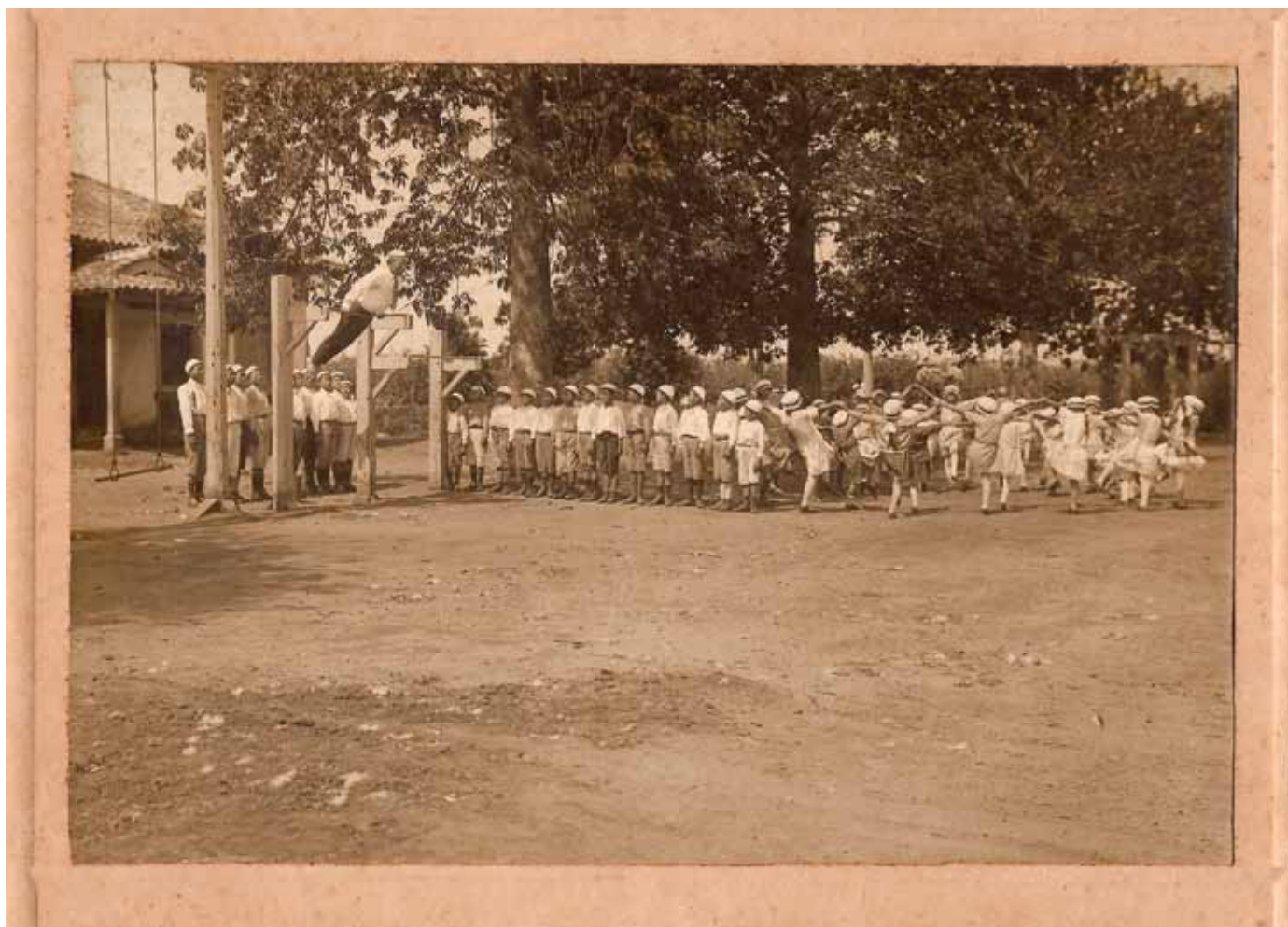
Na mesa do colono, além do arroz, do feijão e da carne de lata (carne de porco ou vaca acondicionada em latas de óleo de 20 litros), também tinha a polenta, a chicória, a abóbora, o macarrão feito em casa e o vinho. De manhã, a refeio era o leite, o pão caseiro e o café, torrado e modo na própria casa.

Com poucas opes de lazer, as vendas e os armazéns localizados nos caminhos próximos às fazendas ou dentro delas, eram o local de encontro dos homens (GARCIA, 1997). Nesses ambientes se comprava bebida, suprimentos, jogava-se bisca e tirava-se “um dedo de prosa”. Nos pátios da colônia, as mulheres se encontravam para conversas após a lida.

Para os homens o domingo  tarde era reservado  boccia, aos causos, ao carteadado e, por vezes,  embriaguez (GARCIA, 1997). Para as mulheres era o dia de missa, mas também o de limpar a casa e preparar as roupas para o trabalho da semana vindoura.



As festas e as celebrações religiosas eram outras formas importantes de sociabilidade. Os encontros religiosos na capela da própria fazenda ou no espaço das casas da colônia, constituíam-se em momentos nos quais o profano e o sagrado misturavam-se em vivências coletivas. Como as visitas dos padres às fazendas eram raras, um membro da própria comunidade, normalmente uma mulher, encarregava-se de conduzir e organizar as preces, novenas e festas religiosas. Esses encontros envolviam as trocas de informações, remédios, as leituras de cartas dos familiares distantes, entre outras atividades. Depois do terço eram oferecidos os quitutes e o café, consumidos durante as prosas sobre os acontecimentos da semana (FREITAS, 2006).

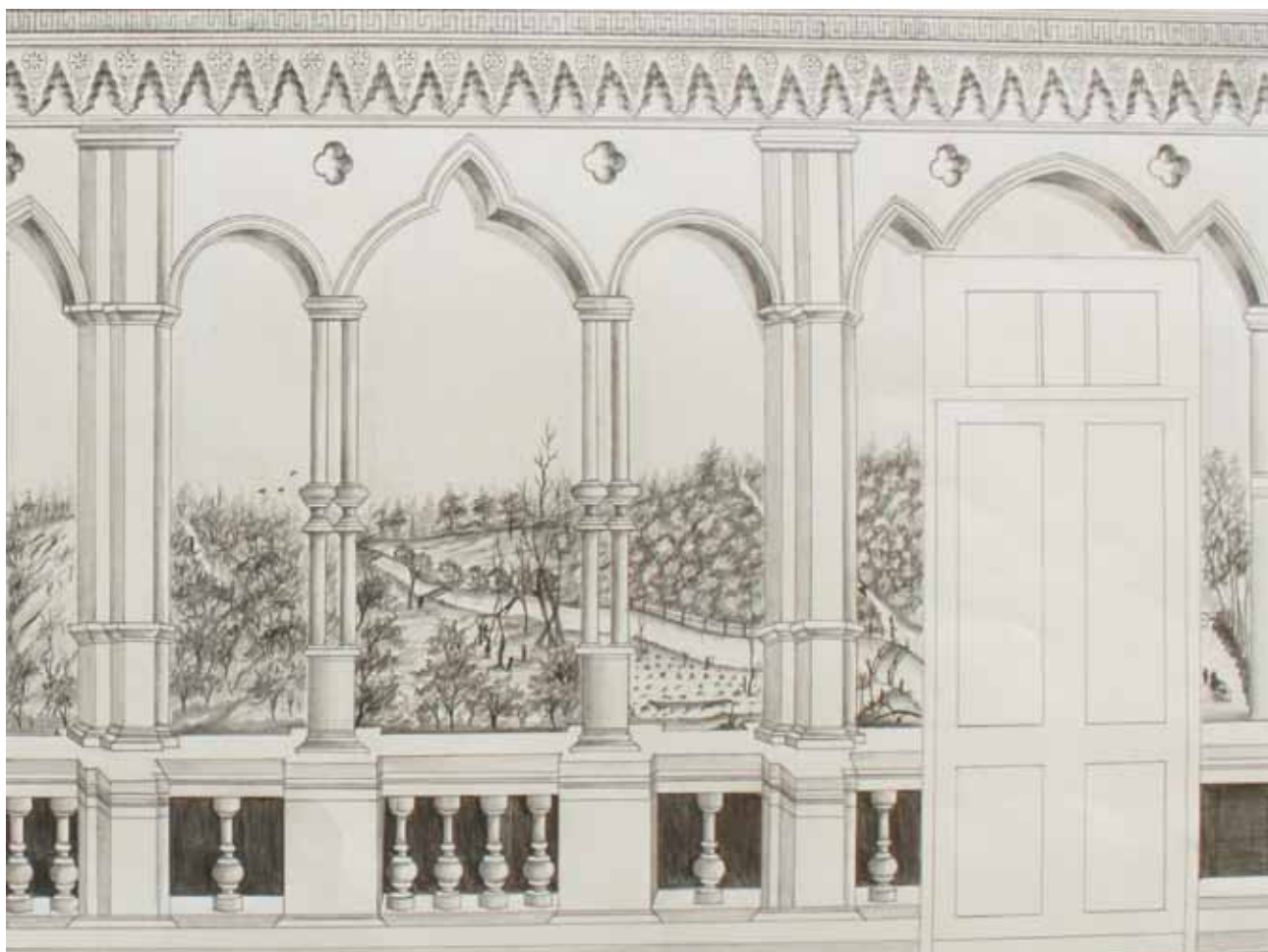


Aula de ginástica para crianças e jovens da colônia japonesa na Fazenda Guatapará. Data: 1926. Fotógrafo: não identificado (APHRP, F157).



## NA CASA DOS CORONÉIS

A monocultura cafeeira redefiniu a paisagem cultural da região de Ribeirão Preto. A riqueza acumulada gerava as condições necessárias para atrair artistas e comerciantes de artigos de luxo. Os grandes cafeicultores investiam na decoração das sedes das suas fazendas (BORGES, 1999).



Parede lateral do hall de entrada da sede da Fazenda Sapecado – Cravinhos, SP. Autor desconhecido. Data: início do século XX. Reprodução em grafite sobre papel por Eunice Gomes Costa. (APHRP, Coleção Maria Elizia Borges).

Os belos solares e chalés com varandas em “L” ou em “U”, rodeados de jardins, eram o ambiente a partir do qual os cafeicultores controlavam a produção do grão e em torno do qual mantinham reunida a família.

O café passou a ser fonte de inspiração na feitura de paisagens pintadas por artistas plásticos especializados. Os fazendeiros traziam à região artistas como Antônio Ferrigno e João Batista da Costa, para retratarem a si mesmos e às suas fazendas. Este último hospedou-se na casa de Francisco da Cunha Junqueira e nessa passagem deixou pinturas registrando aspectos da fazenda. Uma dessas telas está no MASP, um óleo sobre tela “A prisioneira”,

com a dedicatória: “Ao Dr. Francisco C. Junqueira como recordação do Brejinho, J. Batista”. (Borges, 1999 p. 37). Outro artista, Rosaltino Santoro, em 1895, foi contratado por Francisco Schmidt para realizar trabalhos de pintura (Borges, 1999 p. 23).

Tanto a pintura em paredes e quadros que figuravam nas casas, quanto os trabalhos artísticos realizados em igrejas, capelas e edifícios públicos estavam ao gosto dos coronéis e refletiam “os ideais e as predileções artísticas da elite cafeeira, no auge do seu desenvolvimento material.” (BORGES, 1999 p. 55)

Se os quartos e as salas das sedes das fazendas estavam ricamente decorados com o objetivo de gerar conforto aos moradores e causar impressão aos visitantes, a cozinha continuava se definindo pelo fogão e pelo forno à lenha. Nesse ambiente eram preparadas as refeições, os quitutes e o cafezinho, tomado na xícara de porcelana pelos visitantes e na caneca de metal pelos funcionários. Também na cozinha se preparava a goma com a qual as camisas brancas e os centros de mesa eram embebidos antes de serem alisados pelo ferro a brasa.



Martinho Prado Júnior e D. Albertina e seus 12 filhos, em 1890. (Martinho Prado in Memorian, 1943).

## 6. DO CAFÉ SE FAZ METAL, ÓLEO, TECIDO, CHOPE... A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO EM TEMPOS DE CAFÉ



Obras de construção da Companhia Antarctica Paulista. A empresa foi inaugurada em 11 de agosto de 1911. Data: 1911. Fotógrafo: Ernesto Kühn (APHRP, F174).



Grupo de 11 homens e um garoto junto a barris da Cia. Antarctica Paulista. Data: c. 1910. Fotógrafo: Ernesto Kühn (APHRP, F562).



Grupo de pessoas na frente do prédio do escritório da Cia. Metalúrgica. Visita do cônsul japonês, presença de João Rodrigues Guião (no centro da foto com cavanhaque branco). Data: 1924. Fotógrafo: Photo J. Lima (APHRP, F248).

## CAFÉ, COMÉRCIO E INDÚSTRIA



Operários do Antigo Banco Constructor – Diederichsen & Hibbeln. A direita, em pé trajando terno claro, João Hibbeln e em seguida Antônio Diederichsen. Data: 1905. Fotógrafo: Flósculo de Magalhães (APHRP, F136).

A cidade de Ribeirão Preto passou por um intenso crescimento econômico entre o final do século XIX e o início do século XX. Não há dúvidas de que esse desenvolvimento deveu-se ao café. Contudo, a produção e comercialização do grão dinamizaram outros setores da economia regional. O café provocou uma reviravolta no perfil urbano, uma vez que novos serviços se faziam necessários, tanto para atender às demandas técnicas da produção do café, como para abastecer o exigente e enriquecido segmento de cafeicultores (BACELLAR, 1999). Na cidade de Ribeirão Preto, multiplicaram-se as oficinas e as lojas comerciais, frequentadas pela população de toda a região.

O comércio, os serviços e as indústrias, desenvolvidos inicialmente ao talante dos cafeeiros, aos poucos ganharam significativa importância no município, consolidando um dinamismo próprio.

Dessa forma, não é possível dissociar o crescimento do comércio e da indústria, do desenvolvimento da cafeicultura e da implantação do trabalho livre. A atividade assalariada fomentava o aumento do consumo de manufaturados, além de dinamizar a economia. Os próprios imigrantes aproveitavam o conhecimento sobre os hábitos dos seus compatriotas e investiam na indústria de produtos perecíveis, difíceis de serem importados da Europa em decorrência das longas viagens transatlânticas (DEAN, 1977).

Um caso típico é do imigrante italiano Conde Matarazzo que construiu um império industrial ao longo da primeira metade do século XX. O Conde Matarazzo, fundador e presidente da Sociedade Anônima F. Matarazzo, no período entre 1934 e 1943, adquiriu terrenos e instalou em Ribeirão Preto, nas ruas Saldanha Marinho, José Bonifácio, Campos Salles e Prudente de Moraes, uma série de edifícios para o beneficiamento de algodão e de azeite, extração de querosene e barracões para armazenamento (VICHNEWSKI, 2004).

Existiam na cidade, no ano de 1890, 340 estabelecimentos: 186 comerciais; 127 eram profissionais liberais e prestadores de serviços e 27 estabelecimentos industriais. Em 1904, dos 538 estabelecimentos, cerca de 60% eram comerciais; aproximadamente 35% profissionais liberais e o restante, cerca de 6% eram estabelecimentos industriais (PINTO, 2000).

Quanto à participação da população de origem estrangeira nas atividades comerciais, em 1913, dos 151 proprietários de casas comerciais e fábricas no município, 93 eram italianos. Os estabelecimentos eram do ramo de secos e molhados, botequins, padarias, restaurantes, açougues, entre outros (CINTRA, 2001 apud SANTOS, 2006). Os números indicam que esses imigrantes chegaram para trabalhar nas lavouras de café e após o vencimento dos contratos de trabalho com os fazendeiros, migraram para a área urbana e iniciaram atividades ligadas ao comércio e à indústria. A maioria dos comerciantes e industriais entre 1920 e 1951, em Ribeirão Preto, era imigrante: 68% dos comerciantes e 64% dos industriais eram estrangeiros (SANTOS, 2006).

A trajetória de Adolfo Bianchi é um bom exemplo desse processo. Chegou ao Brasil para trabalhar no café, portando um diploma de curso técnico de mecânica feito na Itália. Depois de três anos trabalhando na Fazenda Dumont, a família mudou-se para a área urbana de Ribeirão Preto, passando a dedicar-se a uma pequena oficina mecânica. Em trinta anos de atividade, os Bianchi já possuíam um negócio próspero de fabricação de máquinas agrícolas, além de peças ornamentais de ferro, como postes de iluminação vendidos para “Santos, São Paulo, Ribeirão Preto e mais de trinta e cinco prefeituras do Estado de São Paulo” (CINTRA, 2001 apud SANTOS, 2006).

Muitos imigrantes tornaram-se fornecedores de serviços e produtos para a crescente cidade de Ribeirão Preto, eram artífices, artesãos, proprietários de pequenas fábricas e outros negócios. Durante os primeiros anos do século XX estavam estabelecidos na cidade: Hotel De Martino; a Fotografia Passig, do alemão João Passig; a marcenaria dos Irmãos Deloiagono; o arquiteto construtor Emilio Fagnani; a Drogaria e Pharmacia Italiana, de Felice Pelosi & Cia.; a Marmoaria Italiana de Roselli & Gelli; a Farmacio Del Leone, de Raffaele di Zinno; o empresário e construtor Vicente LoGiudice; a Rainha da Moda, de propriedade de Brancato e Sassi, entre outros.

O capital advindo da produção do café possibilitou também a instalação no município da Electro-Metallúrgica Brasileira S.A., chamada de Siderúrgica Epitácio Pessoa, em 1921, uma obra idealizada por Flávio de Mendonça Uchôa, concessionário dos serviços de Força e Luz, Água e Esgoto na cidade desde o final da década de 1910. Entre os acionistas da Metalúrgica estavam alguns dos tradicionais cafeicultores do município, Osório da Cunha Junqueira, Martinho da Silva Prado, Manuel Maximiano Junqueira, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Theodomiro de Mendonça Uchôa e Francisca Silveira do Val (LARA; ROSA, 2009).

Empresas nacionais em expansão também buscaram se instalar na efervescente Ribeirão Preto. A Companhia Antártica Paulista, com sede na cidade de São Paulo, de propriedade do alemão João Carlos Antônio Zerrenner e do dinamarquês Adam Ditrik Von Büllow, começou, em 1909, a adquirir terrenos na cidade. Dois anos depois, em 11 de agosto, a fábrica de Ribeirão Preto foi inaugurada próxima à Avenida Jerônimo Gonçalves, que passou a distribuir os produtos para a região da Mogiana, Araraquara, sul de Minas, Triângulo Mineiro e Goiás. O famoso pinguim dos rótulos da cerveja surgiu em 1935 e um ano depois foi inaugurado o bar e restaurante Pingüim, localizado no Edifício Diederichsen. O chope oferecido pelo estabelecimento se tornou famoso e passou a referenciar Ribeirão Preto de maneira tão expressiva, que a cidade foi cognominada de “Capital do Chope”.



Interior do Bar e Restaurante Pinguim no Edifício Diederichsen, na rua Álvares Cabral esquina com rua General Osório. Data: 30/ agosto/1936. Fotógrafo: Gullaci (APHRP, Álbum Edifício Diederichsen).





Loja Ao Novo Queima. Localizada em Ribeirão Preto, na rua Duque de Caxias com a rua Álvares Cabral, de propriedade do imigrante português Antônio Adelino Mendes. Data: 1900. Fotógrafo: João Passig (APHRP, F021).



Construção do Edifício Diederichsen, primeiro prédio com mais de três pavimentos em Ribeirão Preto. Neste local existia anteriormente a casa do Coronel Quinzinho da Cunha (Joaquim Diniz Junqueira). No centro da foto, prédio do Banco Francês-Italiano. À direita, edifício Meira Júnior. Data atribuída: 1935. Fotógrafo: não identificado.

## AS FEIRAS INTERNACIONAIS E O CAFÉ

A segunda metade do século XIX inaugurou uma nova forma de exposição e comercialização de produtos: as feiras internacionais. Esses eventos eram verdadeiros...

...rituais de exibição da sociedade burguesa, de louvor à mercadoria e ao progresso técnico com o fim de encantar e seduzir o público com suas artimanhas arquitetônicas, com a magia envolvente e estratégia de seu lay out que amalgama habilidosamente o antigo e o moderno” (GUIMARÃES, 1977 p. 29).

A primeira grande feira mundial foi realizada na cidade de Londres, então capital industrial e financeira do mundo, em 1851. Essas feiras tinham como objetivo a exibição dos avanços tecnológicos e industriais, além de incluírem mostras de manufaturas, matérias-primas, produtos agrícolas, artes e artesanato; nesses eventos os países eram convidados a apresentar seus recursos e potencialidades, em diferentes setores e atividades (LUCA, 2007).

O Brasil participou pela primeira vez de uma feira mundial, em 1862 (LUCA, 2007). No Estado de São Paulo, há referência de que a primeira feira comercial e industrial ocorreu no dia 25 de janeiro de 1885. A Primeira Exposição Provincial foi realizada por iniciativa da Associação Comercial e Agrícola de São Paulo, na biblioteca da Faculdade de Direito e teve como objetivo mostrar e divulgar os produtos agrícolas, industriais e manufaturados, tais como amostras de café, martelo-pilão a vapor - o primeiro construído no país, entre outros produtos. (CUNHA, 2009).



Medalhas da Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro. À esquerda, imagem em alto-relevo da Porta Monumental; à direita medalha com a inscrição "Lembrança do Pavilhão S. Paulo" construído para a mesma exposição (MC-CCS, F1-22).

Ribeirão Preto, ao longo do tempo, participou de algumas feiras e eventos agrícolas/ industriais e foi sede de exposições regionais. Um bom exemplo desta participação foi a exposição regional, realizada em 1901, com verba aprovada pela Camara Municipal (SIQUEIRA, 1902).

Mostrando sua pujança econômica, Ribeirão Preto foi representada na Exposição Nacional de 1908 nas seções agrícola, industrial e, também, na seção de artes liberais. Nesse período, já consagrada como principal área produtora de café do estado, também possuía diversificado setor comercial, cujos proprietários congregavam-se em torno da “Associação Commercial de Ribeirão Preto”, criada em 1904.

Embora as feiras tivessem por objetivo principal a mostra de produtos industriais e agrícolas, produtos de outras naturezas figuravam nas exposições, como os manufaturados e os ligados à prestação de serviços que os ribeirãopretanos mostraram na Exposição Nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro.



Cartaz Café Brasil-França com a inscrição: "Les cafés du Brésil alimentent l'univers", (APHRP).

PRODUTOS INDUSTRIAIS, MANUFATURADOS E DE ARTES EXPOSTOS POR RIBEIRÃO PRETO NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908. FONTE: SOCIEDADE PAULISTA DE AGRICULTURA, COMMERCIO E INDUSTRIA, 1908.

SEÇÃO	GRUPO	PROPRIETÁRIO	PRODUTOS
SEÇÃO DE VÁRIAS INDÚSTRIAS	MASSAS ALIMENTÍCIAS, BISCOITOS, BOLACHAS	O. FIORETTI	CACAOS, CHOCOLATES, BOMBONS E BALAS
		LUIZ DE MAIO	BALAS, BOMBONS E CONFEITOS
	VINHOS, VINAGRES, LICORES E OUTRAS BEBIDAS ALCOÓLICAS	LIVI & BERTOLDI	2 GARRAFA DE VINHO DE LARANJA E 24 BEBIDAS SORTIDAS
		JOSÉ NAVASIO	9 GARRAFAS DE LICORES SORTIDOS
	RENDAS, BORDADOS E APPLICAÇÕES EM FILÓ	D. MARIETTA VIEIRA DE AQUINO LEITE	1 SOMBRINHA DE SEDA BORDADA
		D. NOEMI VIEIRA DE AQUINO LEITE	BORDADOS A SEDA
		D. LEONOR DE SOUZA	BORDADOS A SEDA SOBRE LINHO
		D. LIZZIE MAC KINIGHT	TRABALHO DE CROCHET
	PARFUMARIAS	A. G. ROXO	LOÇÃO DE QUININA, PÓ DENTIFRÍCIO "ESMALTINA" E DENTIFRÍCIO "FIN DE SIECLE"
	ARTIGOS DE COBRE E OUTROS METAES COMMUN	BESCHIZZA & CIA	8 PENEIRAS PARA CAFÉ, FEIJÃO, ARROZ, FARINHA DE TRIGO E FUBÁ
COUROS E PELLAS PREPARADOS	STEFANI & CARVALHO	SOLAS, COUROS DE VITELLO E DE CABRA, VAQUETAS, RÉDEAS, CABEÇADAS, RABICHOS	
SEÇÃO DE ARTES LIBERAES		COLLEGIO METHODISTA	TRABALHOS DE BORDADOS A OURO, SEDA E LINHO; VÁRIOS TRABALHOS EM MADEIRA, ETC.
	BELLAS ARTES	J. BOEMBER	1 QUADRO "RETRATO"
		JOÃO PIRCIO	1 QUADRO FEITO COM CABELOS
	ARTE MUSICAL	JOÃO BOEMBER	DIVERSAS COMPOSIÇÕES MÚSICAIS
TYPCGRAPHIA, LIHOGRAPHIA, PHOTOTYPIA, PHOTOGRAVURA E OUTROS PROCCESOS DE IMPRESSÃO	J. V. GUIMARÃES	DIVERSOS TRABALHOS TYPOGRAPHICOS	

# CAFÉ DU BRÉSIL



*Toujours  
la première note de la gamme  
des cafés les plus fins*

PUB. L'ILLUSTRATION

Propaganda do café do Brasil na revista "L'illustration", editada em Paris em março de 1937 (L'illustration, 1937 – APHRP).



*après le sport*

*une tasse de*  
**CAFÉ DU BRÉSIL**  
EXQUIS - STIMULANT - DIGESTIF

Propaganda do café do Brasil na revista "L'illustration", editada em Paris em 13 de fevereiro de 1937 (L'illustration, 1937 - APHRP).

Entre os expositores oriundos do município, listados no Catálogo Geral da Exposição de 1908 na Seção de Agricultura – Amostras de Café estavam: a Alves & Almeida, com o chato Bourbon, safra 1903; a Diederichsen & Jordão, com o chato fino, safra 1903/1904 e o Dr. Francisco Silveira Valle, com a amostra da safra 1903.

Durante essa exposição foram premiados com a Medalha de Ouro a senhora Francisca Silveira do Val, da fazenda Santa Tereza; o Dr. João Antonio de O. César, da fazenda Santa Eulália e o Coronel Francisco Maximiano Junqueira, da fazenda Baixadão.

Além das exposições nacionais, os produtores ribeirãopretanos participavam de feiras internacionais. No exterior, o produto de maior visibilidade da região sem dúvida eram as valorizadas variedades de café da Alta Mogiana.

Em 1911, a cidade se fez representar na Feira de Turim, Itália e nessa ocasião a revista Brazil Magazine publicou uma edição especial em três idiomas: português, francês e italiano. Os textos retratavam e descreviam o município dando ênfase às principais fazendas produtoras de café. Ribeirão Preto foi exaltada como Eldorado do Café e recebeu ainda o cognome de “Califórnia do Café”.

Durante a década de 1930, Ribeirão Preto continuou participando de feiras regionais e nacionais, estando presente na Feira de Uberaba, MG, em 1934 (GUIMARÃES, 1997) e, em 1943, foi sede da I Exposição Regional de Animais, promovida pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria do Estado de São Paulo. Até os dias de hoje o município não só participa, mas também realiza grandes feiras agropecuárias, como a Feapam e mais recentemente, a AGRISHOW.



Capa da Revista Brazil Magazine, 1911 (APHRP)

## 7. TEM CAFÉ NO BULE: VIDA URBANA, CAFÉS E CONFEITARIAS EM RIBEIRÃO PRETO



Café – Símbolo da Hospitalidade, folheto do Instituto Brasileiro do Café apresentando receitas para o preparo de um bom café.  
(APHRP, Biblio de Apoio, n. 764)





Foto noturna da Praça XV de Novembro vista a partir da Rua General Osório. Data: 1920. Fotógrafo: não identificado (APHRP, F287).

Tradicionalmente o cultivo do café, como no Vale do Paraíba, se desenvolveu como uma atividade predominantemente agrícola, cujo capital gerado foi aplicado na própria estrutura de produção cafeeira. No interior do Estado de São Paulo, particularmente em Ribeirão Preto, o cenário foi diferente. Nessa região, a cafeicultura gerou, impulsionou e fomentou produtos e serviços realizados não somente na zona rural, mas também no espaço da cidade.

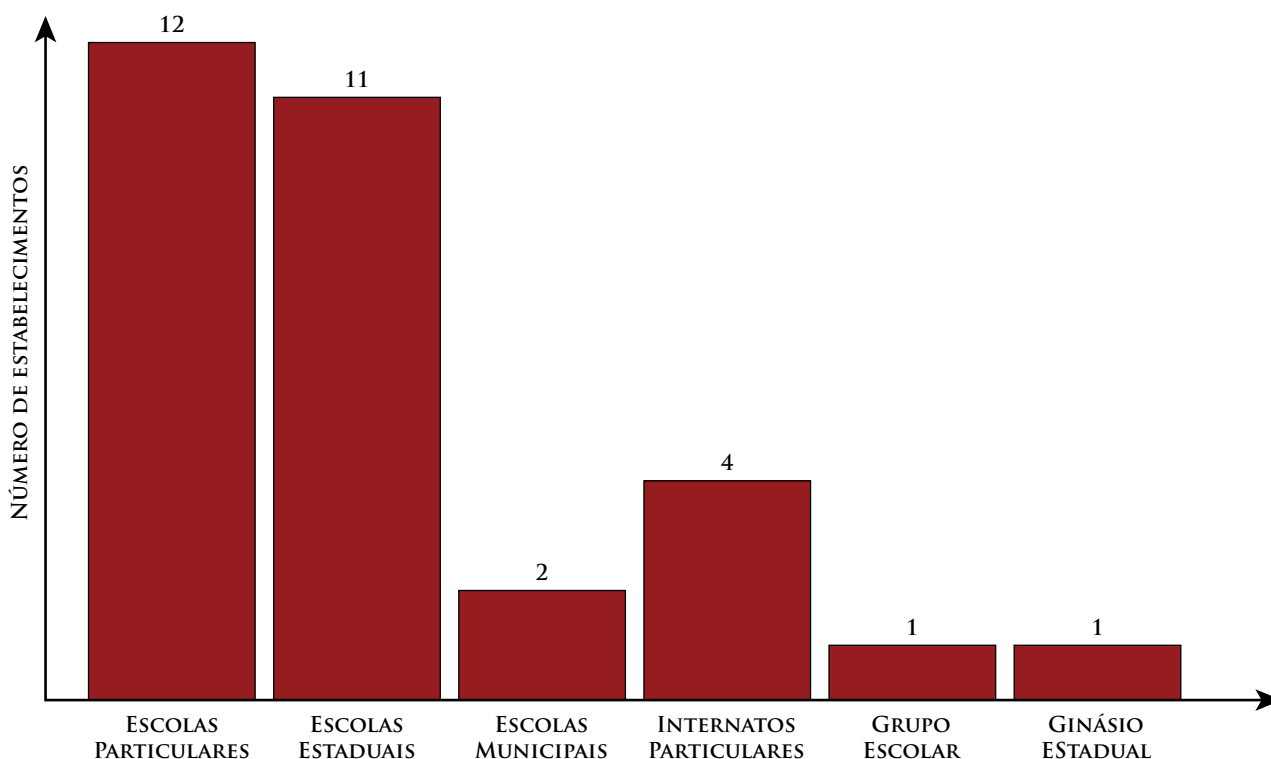
As principais fontes de renda de Ribeirão Preto, entre 1911 e 1930, foram os impostos das atividades urbanas, ou seja, a riqueza gerada pela cafeicultura possibilitou o desenvolvimento das atividades urbanas geradoras de impostos e taxas com as quais foram realizados os investimentos na estrutura urbana, como calçamento, iluminação, abastecimento de água, serviço de esgoto e construção de prédios públicos (PINTO, 2000).

Em torno do antigo Largo da Matriz, hoje Praça XV de Novembro, foram realizadas as principais ações de melhoramento e embelezamento urbano. Nessa área, também estavam localizadas as residências da elite cafeeira.

A população de Ribeirão Preto, em maio de 1912, era de 58.220 habitantes, sendo que 18.732 residiam na cidade e 39.488 na zona rural (CAPRI, 1913). Embora a maior parte da população habitasse no campo e estivesse ligada diretamente às atividades agrícolas, o centro urbano atraía um número significativo de imigrantes, principalmente italianos, com profissões como de operários, artistas-artesãos, proprietários de terras ou de comércio, profissionais liberais e intelectuais (REGISTRO, 2008).

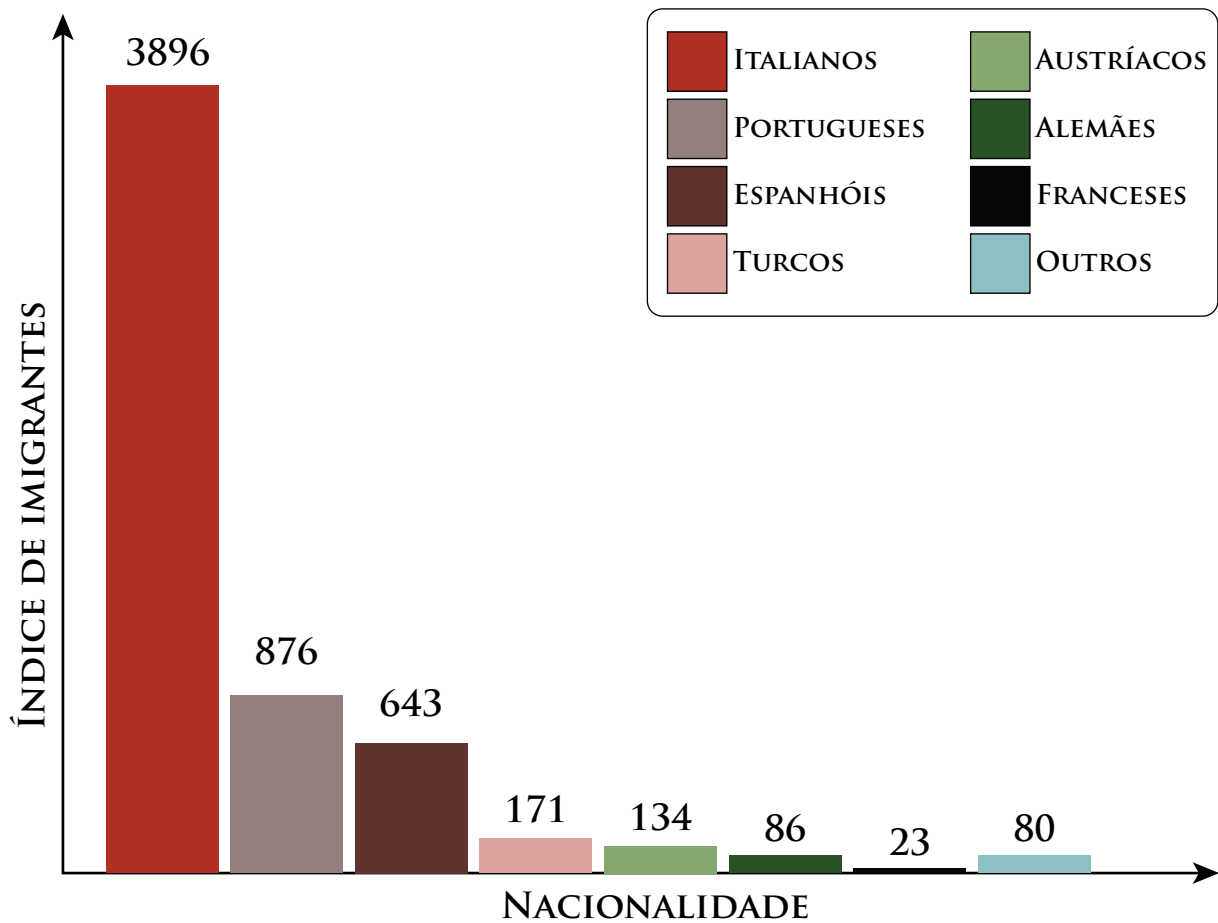
Nessa época Ribeirão Preto já contava com uma considerável estrutura. Existiam 2.825 prédios e 5.677 profissionais trabalhando na cidade. Entre as profissões de caráter urbano, estavam 412 negociantes, 101 profissionais liberais, 712 jornaleros (diaristas) e 1.021 operários. No setor educacional, aproximadamente 1.800 alunos estavam matriculados em 31 estabelecimentos de ensino (CAPRI, 1913).

GRÁFICO 3 - ESTRUTURA DE ENSINO EM RIBEIRÃO PRETO GERADO A PARTIR DO CENSO DE 1912 (CAPRI, 1913)



A cidade de Ribeirão Preto era um palco de trocas e influências culturais. Os costumes, a culinária, as práticas religiosas, os ofícios e profissões, as maneiras de pensar e o olhar sobre o mundo passaram a ter uma forte influência dos imigrantes estrangeiros. Da totalidade da população em 1912, 58.220 pessoas, os estrangeiros representavam 39.488, dos quais 18.732 residiam na zona urbana. Na cidade, das nacionalidades, a predominante era a italiana, mas muitas outras figuravam na formação do município.

GRÁFICO 4 -ÍNDICE DE IMIGRANTES GERADO A PARTIR DO CENSO DE 1912 (CAPRI, 1913)



Foi no período denominado de “Belle Époque”, entre os anos de 1885 e 1914, que os vários mundos se entrelaçaram e executaram movimentos alternando entre as atitudes de acolhimento e repulsa, de estranhamento e aceitação. Segundo Carrato,

*O homem da terra e o imigrante, aparentemente diferentes, mas sendo digeridos pela circularidade das forças sociais, mescladoras na atividade econômica, no jogo político, na vida familiar, nas atitudes pessoais e coletivas, nas esperanças e aspirações, e, até nas fantasias e frustrações. (CARRATO, 1991, p. 133).*

Essas trocas e apossamentos mútuos se davam no interior das casas, nas mesas regadas a café, à broa de milho e a pão de queijo, juntamente com as “delicatessen” de origem alemã, francesa ou inglesa. À época, o café com leite, com muito açúcar, por influência dos portugueses e mineiros, era servido logo cedo. No almoço comia-se o arroz e o feijão, junto com a carne assada e as verduras nativas cozidas, como ora-pro-nobis ou a taioba, mas havia também o almeirão de origem europeia. Por volta das duas da tarde era servido o café “a duas mãos”. No jantar, que normalmente acontecia entre cinco e seis da tarde, tomava-se uma sopa, uma herança nitidamente portuguesa que, aos poucos, também crescia a influência italiana no cenário urbano, com a sopa de massa de macarrão (CARRATO, 1991).

Nos espaços públicos, sobretudo nas praças aos domingos, os passeios dos moços e das moças tinham como fundo musical as modinhas do tempo do Império e trechos de óperas de Verdi (CARRATO, 1991). No coreto da Praça XV, na época, o centro da vida social e política da cidade, se alternavam na condução dos concertos musicais a Banda Filhos de Euterpe, do maestro José Delfino Machado; a Corporação Musical “Giacomo Puccini”; a Banda Bersaglieri, constituída por membros da colônia italiana, entre outras. O repertório executado incluía além de Verdi, Puccini, Mascagni e Carlos Gomes. O Hino Nacional do Brasil era frequentemente tocado em datas comemorativas, assim como a Marselhesa, demonstrando a grande influência dos costumes europeus na cultura local (TUON, 1997).



Filhos de Euterpe, Corporação Musical. Maestro José Gomes Delphino. Data: 1899. Fotógrafo: Mattos (APHRP, F153).



Festa dos Viajantes realizada nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 1906 no Jardim Público (Praça XV de Novembro). Vista de um grupo de pessoas junto à barraca da Comissão de Festas. Data: 1906. Fotógrafo: F. Garcia Photo (APHRP, F693).



Rua General Osório, vista a partir da avenida Jerônimo Gonçalves. Na esquerda, segundo prédio, Pensão Familiar. Na direita, primeiro prédio, uma Confeitaria e, logo à frente, Hotel Brazil e Hotel Viajantes. Data: 1910. Fotógrafo: Flósculo de Magalhães. (APHRP, F137).

As alternativas de lazer eram limitadas antes do processo de urbanização que trouxe teatros, cafés, cinematógraphos, muitas vezes ficando restritas às festas e eventos religiosos. Os batizados, casamentos e velórios eram os momentos dedicados à oração e, em sua extensão, à sociabilização familiar. Fora de casa, nas capelas e matrizes, os eventos mais importantes da comunidade eram as festas religiosas, como a quermesse junina e do santo padroeiro.

Nas primeiras décadas do século XX, outros importantes espaços de socialização eram as confeitarias e cafés. As pessoas se encontravam para conversar, ler e saborear iguarias como bombons finos, licores, chás e sorvetes. Esses espaços se configuraram também de vital importância para a socialização das mulheres, que ali podiam se encontrar para conversar sobre os seus universos: o lar, o marido e os filhos. “As mais cultas discutiam o conteúdo dos romances europeus adquiridos na Livraria e Papelaria Veríssimo dos Santos ou na Livraria Selles.” Não raro as confeitarias ofereciam aos seus clientes sessões musicais e cinematográficas, com apresentações de filmes de ficção e noticiários (TUON, 1997).

A vida noturna ribeirãopretana também efervescente e repleta de influências europeias tinha à frente a figura de Francisco (François) Cassoulet. Esse empresário de origem francesa instalou-se na cidade provavelmente em 1884, chegou a administrar cinco casas de espetáculos na cidade: o Theatro Carlos Gomes, Paris Theatro, Cinema Rio Branco, Polytheama e o Cassino Antarctica. Oferecia ao público desde espetáculos luxuosos no teatro Carlos Gomes até espetáculos “não familiares” no Cassino Antarctica (TUON, 1997).



Cassino Antarctica, frente para a Rua Américo Brasiliense, e Rotisserie Sportman, com frente para a rua Amador Bueno. O Cassino Antarctica foi inaugurado em 14 de novembro de 1914, este talvez tenha sido o empreendimento mais extravagante de François Cassoulet, que o administrou entre 1914 e 1917. No Cassino ocorriam espetáculos, festas, bailes, jogatinas e a prostituição de mulheres estrangeiras. O ambiente era freqüentado pelos grandes coronéis e políticos importantes, além de estrangeiros e boêmios. Data: 1920. Fotógrafo: não identificado (Cartão Postal Casa Beschizza. APHRP, F101).

O teatro Carlos Gomes, construído próximo ao largo da Matriz de São Sebastião (atual Praça XV de Novembro), no coração da cidade, foi inaugurado em 1897 e durante muito tempo foi sede de grandes eventos cívicos, políticos e sociais, além de receber grandes companhias teatrais. Foi construído por um consórcio entre os maiores fazendeiros da época, entre eles: Cel. Francisco Schmidt, Joaquim da Silva Gusmão, Francisco Augusto Sacramento, Virgílio da Fonseca Nogueira e Luís Pereira Barreto. O projeto arquitetônico, de autoria de Ramos de Azevedo, era de estilo neoclássico de influência italiana (ROSA; REGISTRO, 2007).



Theatro Carlos Gomes, fachada de frente para a Rua Visconde de Inhaúma. Data: 1936. Fotografia: J. Gullaci (APHRP, F310).

Quer fosse na mesa da cozinha, junto ao fogão a lenha, à mesa austríaca, de tampo de mármore e pés torneados, ou nas praças, nas confeitarias e nos palcos do glamoroso Theatro Carlos Gomes, as influências dos imigrantes europeus, das levas de migrantes nativos do Sul de Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro ou provenientes dos Estados do Nordeste do Brasil estiveram presentes no processo de formação cultural da cidade de Ribeirão Preto.

No território do café, sobre a terra roxa, aportaram diferentes expressões e identidades culturais, a partir das quais foi modelada a história de Ribeirão Preto. Expressões essas que possibilitam constantes revisitas ao passado e a identificação cultural da cidade e de “sua gente”: múltiplas, diversas e complexas.



Interior do Theatro Carlos Gomes. Data: década de 1930. Fotógrafo: J. Gullaci (APHRP, F308).



Theatro Carlos Gomes e Praça XV de Novembro durante a Festa dos Viajantes realizada nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 1906. Fotógrafo: não identificado (APHRP, F467).



## 8.HISTÓRICO DO MUSEU DO CAFÉ



Vista dos prédios do Museu Histórico Municipal, à esquerda e do Museu do Café Francisco Schmidt, no fundo. Data aproximada: 1960. Fotógrafo: Foto Miyasaka (APHRP, F806).



Monumento aos imigrantes alemães feito por José Pereira Barreto e oferecido pelo governo mineiro ao Museu do Café. Data: s/d.  
Fotógrafo: Carlos (MC, F225).

A origem do Museu do Café de Ribeirão Preto está associada à figura de Plínio Travassos dos Santos, idealizador dos museus municipais. Personagem de destaque da história cultural de Ribeirão Preto, nasceu em Cravinhos, em 07 de março de 1886. Foi casado, em primeiras núpcias, com Clarice de Sá Barreto dos Santos, filha de Cândido Pereira Barreto e de Virgínia de Sá Barreto; era sobrinha de Luiz Pereira Barreto e irmã de Fábio de Sá Barreto. Casou-se em segundas núpcias com Ana Corrêa dos Santos. Plínio faleceu em Ribeirão Preto, em 12 de dezembro de 1966 (APHRP, 2006).

Um dos grandes pesquisadores da história de Ribeirão Preto, passou a infância no meio rural e na juventude mudou-se com os seus pais para a cidade. Estudou no Colégio Spencer, fundado por seu irmão Breno Santos. Ainda durante a juventude publicou algumas poesias em jornais e revistas da cidade. Estudioso da ciência do Direito tornou-se rábula e publicou no ano de 1937 um livro sobre registro de pessoas naturais e o casamento religioso. Plínio atuou também como jornalista nos jornais Diário da Manhã, A Cidade e A Tarde. Foi escritor e produziu ao longo de sua vida alguns contos e romances, tais como Páginas do Sertão, em 1923, Expição e Horas de Lazer. Escreveu várias obras sobre história do Brasil, história de Ribeirão Preto, vultos brasileiros entre outras temáticas (PRATES, 1981).



Plínio Travassos dos Santos – Retrato. Data: década de 1910. Fotógrafo: Não Identificado (APHRP).

Foi como secretário da Câmara Municipal durante várias legislaturas que Plínio executou uma das suas principais atividades: a de pesquisador sobre a história de Ribeirão Preto. Com acesso às melhores fontes documentais, livros de atas e registros da Prefeitura Municipal, produziu vários trabalhos. Figura proeminente e respeitado intelectual da cidade, teve acesso também aos arquivos do Bispado de Ribeirão Preto, de Mogi Mirim, de São Simão, de Casa Branca, e cidades de Minas Gerais, sempre buscando encontrar informações ligadas a Ribeirão Preto (PRATES, 1981).

Durante os anos de 1950, integrou o grupo de intelectuais, ao lado de Romualdo Monteiro de Barros, Sebastião Fernandes Palma, José Américo Peixe Abbade, Cônego Francisco de Assis Barros e Romero Barbosa, que defendeu a alteração da data de comemoração oficial de descobrimento do Brasil, na época comemorada no dia 03 de maio, para o dia 22 de abril. Esse grupo se articulou junto ao historiador e Deputado Aureliano Leite, que apresentou um projeto de lei em 1954, pleiteando tal mudança conforme relata Prisco da Cruz Prates, estudioso da biografia de Plínio Travassos dos Santos.

As pesquisas empreendidas por Plínio sobre a história de Ribeirão Preto e região fizeram dele um dos principais expoentes, a ponto de influenciar e mesmo definir a historiografia oficial do município. Um bom exemplo do peso que a sua produção intelectual possuía junto à sociedade da época foi a sua proposição sobre a data de comemoração do aniversário de fundação da cidade. As pesquisas realizadas por Plínio, desde o ano de 1922, serviram de base para a fixação do dia 28 de março de 1863. Em 1952, Plínio realizou outras pesquisas e alterou o ano de fundação para 1853, permanecendo, todavia, o dia 28 de março (APHRP, 2006).

Essa data foi adotada pela Municipalidade, integrando o calendário cívico até ser contestada por Osmani Emboaba. Contestação essa, que deu início a uma série de debates envolvendo intelectuais, profissionais da imprensa, políticos e principalmente, protagonizada pelos dois, Plínio e Emboaba. As discussões foram finalizadas somente em 16 de julho de 1954, por força de um parecer de uma comissão externa composta por Eurípedes Simões de Paula, Nuto Sant'Anna e Alice P. Canabrava, que indicou a data de 19 de junho de 1856, como a de maior significado.

Ao longo dos anos da década de 1950 e na primeira metade dos anos de 1960, Plínio dedicou-se à organização do Museu Municipal e do Museu do Café.



Geremia Lunardelli à frente de uma escultura em sua homenagem com Plínio Travassos dos Santos (de terno claro), no interior do Museu do Café. Data: 1957. Fotógrafo: Foto Miyasaka (APHRP, F813).

## A FUNDAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO



Prédio do Museu Municipal Plínio Travassos dos Santos, antiga sede da fazenda Monte Alegre, de propriedade do imigrante alemão Francisco Schmidt (APHRP, F530).

A ideia de montar um museu que exibisse as tradições e as glórias do passado de Ribeirão Preto era um sonho acalentado por Plínio desde 1917.

Deste ano até 1938, Plínio Travassos conseguiu formar uma considerável coleção de objetos, recolhidos em várias localidades nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás. As viagens realizadas por Plínio foram patrocinadas pela Prefeitura Municipal e os objetos por ele acumulados, por doação ou compra, ficaram guardados ou expostos em diversos setores da Prefeitura Municipal. Algumas peças chegaram a ficar expostas em algumas escolas municipais (PRATES, 1981).

Durante o governo do prefeito José de Magalhães, de 1948 a 1951, Plínio foi nomeado Inspetor Escolar. Nesse período ele consolidou a criação do museu em Ribeirão Preto. Entre os anos de 1948 e 1949 foram concluídas as obras de construção de um prédio na Praça Santo Antônio, nº. 71, e nesse local foi instalada a Biblioteca “Guilherme de Almeida” e o Departamento de Cultura, sob o comando de Plínio Travassos. A biblioteca foi formada com doações da Biblioteca Municipal de São Paulo, do Museu Paulista, do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus, do Instituto Nacional do Livro e Museu Histórico Nacional, entre outras instituições (PMRP, 1952).

Com a colaboração do Professor Antônio Palocci que se propôs a restaurar algumas estátuas e esculturas e com pequenas verbas da Caixa Escolar Municipal, foi inaugurada, na sede do Departamento de Cultura, a seção de Arte, constituída por algumas esculturas e pinturas (PMRP, 1952). A data escolhida para a inauguração foi o dia 28 de março de 1950.

Ainda em 1950, o Município recebeu, por empréstimo, a antiga casa sede da Fazenda Monte Alegre, para onde Plínio transferiu todo o acervo e começou a organizar o Museu. O imóvel e a área circundante foram, posteriormente, doados ao Município mediante autorização legal datada de 1956 e escritura lavrada em 05 de janeiro de 1957.

Em 28 de março 1951, o Museu foi inaugurado na nova sede, com as seções de Artes, História, Etnologia Indígena, Zoologia, Geologia e Numismática.

O acervo reunido por Plínio entre 1948 e 1950, destinado ao museu municipal, foi formado com doações dos próprios artistas, no caso de esculturas e pinturas, e outros objetos foram ofertados por instituições, tais como o Museu Paulista, Instituto Butantã, Museu Nacional, Instituto de Zoologia do Estado, Instituto Oswaldo Cruz, entre outras. Plínio empreendeu uma série de viagens e criou uma rede de contatos junto aos órgãos públicos e instituições de cultura, conseguindo trazer para o museu de Ribeirão Preto peças em regime de doação.

Alguns exemplos dessas doações são: o fragmento do meteorito “Bendegó”, doado pelo Museu Nacional, em janeiro de 1949, durante uma visita realizada por Plínio e o Prefeito José de Magalhães ao Rio de Janeiro; 57 moedas portuguesas, datadas dos períodos colonial e imperial foram doadas pelo Museu Paulista; os livros de autoria de Luiz Pereira Barreto foram doados por Martinho Pereira Barreto; conchas e ouriços do mar foram doadas pelo Sr. Besnar, diretor do Serviço Oceanológico do Estado; uma urna funerária contendo resíduos humanos, encontrada na cidade de Igarapava, foi doada pela Usina Junqueira, etc. Obras dos artistas: Chaves Pinheiro, Rodolfo Bernardelli, Correa Lima, Pereira Barreto, Tito Bernucci, Humberto Cavina, Castellani, J.B. Ferri, Odete Barcelos, entre outros, foram integradas ao acervo até 1950 (SANTOS, 1950).

A estruturação administrativa do museu municipal foi iniciada por meio da Resolução nº. 16, de 29 de agosto de 1949, com a criação do Departamento de Cultura e da Difusão Cultural e Museu, a quem competia “organizar o museu recolhendo, restaurando e conservando os papéis e documentos históricos, relativos à Nacionalidade ao Estado e ao Município”. Antes disso, a lei nº. 97, de 1º de julho de 1949, de estruturação de cargos e funções do funcionalismo público já previa o Setor de Difusão Cultural e Museu junto ao Departamento de Cultura. Embora a existência do museu municipal já estivesse evidenciada em legislação, somente em 1957, por meio da lei nº. 568, de 22 de abril de 1957 foi oficialmente criado o Museu Municipal, já instalado e em franco funcionamento; esta mesma lei criou o Museu do Café Francisco Schmidt.

No ano de 1966, por meio da lei municipal nº. 1.750, de 06 de março, o museu foi denominado de Museu Municipal “Plínio Travassos dos Santos”, homenageando assim o seu idealizador.

## MUSEU DO CAFÉ FRANCISCO SCHMIDT

Com o objetivo específico de contar a história do café, Plínio elaborou um plano, datado de 12 de outubro de 1953, para a organização do “Museu do Café”. O museu foi concebido “como reparação da falha há muito observada, pois dentre os museus nacionais, estaduais e municipais existia a lacuna de um Museu como justa e significativa homenagem ao soberbo produto que fez, faz e fará a grandeza econômica de São Paulo e do Brasil.” (SANTOS apud CHAVES, s/d).

As verbas para a realização de viagens a algumas zonas cafeeiras de São Paulo e a estados limítrofes, para a realização de pesquisas e obtenção de materiais, foram concedidas pelo Governo do Estado, por intermédio do deputado Antônio Silvio da Cunha Bueno. No ano de 1955 o deputado Osny Sylveira conseguiu a consignação de verbas junto ao governo do estado para o projeto do Museu de Café (SANTOS, 1956).

Após empreender a coleta de objetos alusivos à cultura do “ouro verde”, o acervo constituído incluía móveis para mostruário, várias qualidades e tipos de cafés, dois carros-de-boi, cochos, pilões, engenhos e máquinas de beneficiar café - ao natural e em miniaturas, moinhos, troles, utensílios de preparar e servir café.

Em 20 de janeiro de 1955, o Museu do Café de Ribeirão Preto foi inaugurado, ocupando provisoriamente alguns espaços do interior do prédio e varandas do Museu Municipal – ocupava dois cômodos do prédio, três faces das varandas que circundam o prédio e um porão (CHAVES, s/d; Santos, 1956). A inauguração do museu, instalado no novo prédio, foi programada para acontecer no dia 26 de janeiro, todavia, em razão das fortes chuvas, o prédio não ficou pronto a tempo. A inauguração oficial se deu então no dia 26 de maio de 1957.

A ideia inicial era denominar o museu com o nome de Geremia Lunardelli, grande cafeeicultor e colaborador na construção do prédio do museu “e não o foi, pois o homenageado a isso se opôs terminantemente, por considerar que esse merecimento cabia exclusivamente ao Cel. Francisco Schmidt, o Primeiro Rei do Café” (CHAVES, s/d).

A criação oficial do museu do café se deu por meio da lei municipal nº. 568, de 22 de Abril de 1957, que oficializou também a criação do museu municipal de ordem geral e estabeleceu uma estrutura funcional única para ambos os museus. A lei estabeleceu que o museu do café funcionaria num prédio anexo e que deveria ser constituído “de materiais apropriados, principalmente históricos, de todas as zonas cafeeiras do Brasil, para que seja de âmbito nacional” (LEI nº. 568/1957).

O projeto do prédio do museu do café é de autoria de Hernani do Val Penteado, que concebeu o “Pavilhão do Café” com uma ampla varanda ladeando as faces frontal e lateral do corpo principal, constituído por um salão sem divisórias (SANTO; MURGUIA, 2007). Plínio Travassos dos Santos esteve à frente da administração dos Museus Municipais até 1958 quando foi substituído por sua filha, Clarisse Corrêa dos Santos, diretora dos museus até o ano de 1960.

## REFERÊNCIAS

ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO – Estatístico, Histórico, Industrial, Commercial, Agrícola, Literário, Informações e Variedades. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913.

AMARAL, Roberto Ferreira do (coord.). Diagnóstico 1. 6ª Região Administrativa. IBGE 330.19 (816.12) AS 239 e 6ª RA. São Paulo/ Ribeirão Preto: Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Economia e Planejamento, 1972.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO (APHRP). Histórico dos Museus Municipais de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2001. 6 p. Datilografado.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. O apogeu do café na Alta Mogiana. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (Orgs.). Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. 252 p.

BARRETO, Luiz Pereira. A Terra Roxa: a província de São Paulo. 2 dez. 1876. Disponível em: <<http://www.genealogiafreira.com.br>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. A Terra Roxa: a província de São Paulo. 10 dez. 1876. Disponível em: <<http://www.genealogiafreire.com.br>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

BITTENCOURT, Julio do Valle. O café rezendense. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil. Rio de Janeiro, v. 1. p. 804-806, 1934.

BORGES, Maria Elízia. A fotografia: seu aparecimento e expansão na capital do café no período da Primeira República. In: Revista Comunicação e Artes. São Paulo. n. 17, p. 119-131. 1986.

\_\_\_\_\_. A pintura na capital do café: sua história e evolução no período da Primeira República. Franca: UNESP, 1999. 134 p.

\_\_\_\_\_. O café e a arte: o imigrante italiano em Ribeirão Preto (1889-1930). In: Revista História. São Paulo. n. 13, p. 13-18. 1994.

BOTELHO, Martinho. Brazil Magazine: Ribeirão Preto Le Pays Du Café. Paris: Cussac & Chaponet, 1911. v. 5, n. 57, 143 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Ata da Sessão Extraordinária. Ribeirão Preto, 7 de julho de 1917.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2004. Ribeirão Preto: COC, 2002. 96 p.

CAPRI, Roberto. O Estado de São Paulo e seus Municípios. São Paulo: Typ Pocaí & Weiss, 1913. 352 p.

CARRATO, José Ferreira. Comes e Bebes na “Belle Époque” Ribeirãopretana. In: Revista Regional de História – História e Cultura. Franca, ARPAM – Associação Regional de Pesquisa e Preservação de Acervo Municipal. v. 1, n. 1, p. 133-141. 1991.



- Cinquantanni di lavoro degli italiani in Brasile: Lo Stato di S. Paolo. São Paulo: Società Editrice Italiana, 1936. 530 p.
- CINTRA, Rosana Aparecida. Italianos em Ribeirão Preto: vinda e vida de imigrante (1890 -1900). 2001. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS/UNESP, Franca.
- CIONE, Rubem. Entre Rui e Epitácio Veiga Miranda. 1.ed. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1994. v. 1. 115 p.
- CUNHA, Pedro. A primeira exposição de São Paulo. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/especial450/materias/exposicao/index.html>>. Acesso em: 11 mar. 2009.
- DAVID JÚNIOR, Osmar. População escrava de Ribeirão Preto de 1870 a 1888. In: Dialogus. Ribeirão Preto, v.1, N.2, p. 161-178, 2006. 2º.
- DEAN, Waren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820 -1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 205 p.
- DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA. Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typografia de Estatística, 1908, 239 p.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. O café e a paulistânia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1951. Boletim n. 141. História da Civilização Brasileira n. 13. 701 p.
- FARIA, Rodrigo Santos de. Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina. 2003. 279 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FRAGA, Constantino C. Resenha histórica do café no Brasil. In: MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense: 1889/1920. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>> Acesso em: 04 mar. 2010.
- FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. A criação da Diocese de Ribeirão Preto e o Governo do primeiro Bispo: D. Alberto José Gonçalves. 2006. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.
- FONT, Maurício; BARZELATTO, Elba. Café e política: ação da elite cafeeira na política paulista 1920-1930. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988. 240 p.
- GARCIA, Maria Angélica Momenso. Trabalhadores rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café, 1890-1920. Franca: UNESP, 1997. 154 p.
- GIOVANNETTI, L. V. O Rei do Café: Geremia Lunardelli. São Paulo, 1951. 270 p.
- GUIÃO, João Rodrigues. O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1.º centenário da independência nacional (1822-1922). Ribeirão Preto: Casa Selles, 1923. 93 p.
- GUIMARÃES, Dulce Maria Pamplona. A Celebração da Modernidade: a feira e a festa nas exposições agropecuárias do nordeste paulista. Franca: UNESP – FHDSS, 1977. 240 p.

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886 - 1934. Tradução Eglê Malheiros. São Paulo: Paz e Terra, 1979. 297 p.

IMPRESSÕES DO BRAZIL NO SÉCULO VINTE: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd, 1913.

LAGES, José Antonio C. Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro. Ribeirão Preto: VGA Editora e Gráfica, 1996. 264 p.

\_\_\_\_\_. Ribeirão Preto: das origens à atualidade. [CD ROOM] Ribeirão Preto-São Paulo: Editora COC, 2004.

\_\_\_\_\_. Escravidão no oeste paulista – continuidade e resistência: um estudo sobre a última década do trabalho escravo em Ribeirão Preto e São Simão. Estudos de História. Franca 2(1): p. 85-102, 1995

LOBATO, J.B.R. Monteiro. A barca de Gleire. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1950. 754 p.

LAPA, José Roberto do Amaral. A economia cafeeira. São Paulo: Brasiliense, 1998. 121 p.

LARA, Paulo Henrique Vaz; ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. Café e indústria em Ribeirão Preto: o caso da electro-metallúrgica brasileira S.A. (1921-1931). In: Dialogus. Ribeirão Preto. v. 5, n. 1, p. 313-330. 2009.

LUCA, Tânia Regina. A Província de São Paulo no início da década de 1870. In: GODOY, Joaquim Floriano de. A província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNDAP, 2007.

MATOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Omega, 1974. 178 p.

MILLIET, Sérgio. Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo. São Paulo, 1938. 84 p.

MONTI, Carlo. Os escravos pertencentes a comarca de São Simão 1861/1887 - In: Dialogus. Ribeirão Preto, V.1, N.1, p. 184 - 202, 2005.

MORAES, Maria Augusta de Sant'Ana. Monte Alegre: dos tempos do café à Faculdade de Medicina. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP, 1992. 38 p.

MORAES, Maria Luiza de Paiva. Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890 - 1924). 1980. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) - Faculdade de Fiosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTTA SOBRINHO, Alves. Civilização do café (1820-1920). 2.ed. São Paulo: Brasiliense, s/d. 184 p.

MUSEU DO CAFÉ. Retrospectiva 50 anos de Café e Brasil: produção, comércio, indústria, consumo 1950-2000. Santos: Associação Amigos do Museu dos Cafés do Brasil, 2006.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

\_\_\_\_\_. Crise e ajustamento da economia de Ribeirão Preto 1930-1955. 1997. 30 f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

PRADO JÚNIOR, Martinho. Municípios Paulistas: municípios de São Simão e Ribeirão Preto. In: PRADO JÚNIOR, Martinho. Martinho Prado Júnior – in memoriam. São Paulo, 1943. P. 334-349.

PRATES, Prisco da Cruz. Ribeirão Preto de outrora. Ribeirão Preto, 1956. v. 1. 176 p.

\_\_\_\_\_. Relembrando o passado. 2.ed. Ribeirão Preto: Prisco da Cruz Prates, 1979. v. 2. 220 p.

\_\_\_\_\_. Ribeirão Preto e os seus homens progressistas. 1. ed. Ribeirão Preto: Prisco da Cruz Prates, 1981, 209 p.

RAMOS, Saulo. Café (A poesia da terra e das enxadas). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002. 148 p.

REGISTRO, Tânia Cristina. História da Fotografia: levantamento documental sobre a fotografia em Ribeirão Preto (1890-1950). Disponível em <<http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br>> Acesso em: 18. mar. 2010.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. Comunistas em Ribeirão Preto 1922 - 1948. Franca: UNESP, 1999. 129 p.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; REGISTRO, Tânia Cristina. Ruas e caminhos: um passeio pela história de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Padre Feijó, 2007. 493 p.

SANTO, Silvia Maria do Espírito; MURGUIA, Eduardo Maranon. A coerência do museu-texto. Poster GT3 – Mediação, Circulação e Uso da informação. VIII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 28 a 31 de outubro. Salvador, 2007.

SANTO, Silvia Maria do Espírito. O colecionador público documentalista: Museu Histórico e de Ordem Geral Plínio Travassos dos Santos de Ribeirão Preto. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SANTOS, Jonas Rafael dos. Imigração e ascensão social em Ribeirão Preto entre o final do século XIX e meados do XX. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_797.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_797.pdf)> Acesso em: 04 mar. 2010.

SANTOS, Plínio Travassos dos. Ribeirão Preto: histórico para a história. Ribeirão Preto, 1948. 209 p. Datilografado.

SICCHIÉRI JÚNIOR, Natal. Os Museus: Histórico e do Café de Ribeirão Preto – uma abordagem institucional. 2004. 122 f. Monografia (Graduação em História) – Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. Imigração e urbanização: o núcleo colonial Antônio Prado em Ribeirão Preto. 2002. 153 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SIQUEIRA, Dr. Joaquim Alfredo de. Relatório do Dr. Joaquim Alfredo de Siqueira, Intendente Municipal, apresentado em Sessão da Câmara em 7 de janeiro de 1902. Ribeirão Preto: Typ. Diário da Manhã, 1902.

SOUZA, Sérgio Luiz de. (Re)Vivências negras: entre batuques, bailados e devoções – Práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950). Ribeirão Preto: S. L. de Souza, 2007. 229 p.

STEIN, Stanley J. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba. Tradução Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961. 372 p.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). Tradução Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986. 410 p.

TORNATORE, Nicola. Dom Pedro passou por Ribeirão. In: A Cidade. 29/10/2006.

TUON, Liamar Izilda. O cotidiano cultural em Ribeirão Preto: 1890-1920. 1997. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

VALADÃO, Valéria Campos Verdes. Memória arquitetônica de Ribeirão Preto: planejamento urbano e política de preservação. 1997. 325 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. As Indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). 2004. 296 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000. 222 p.

WALKER, Thomas. O surgimento do populismo no Brasil: um estudo do município de Ribeirão Preto. In: Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro. v. 21, n. 4, p. 73-94. out./ dez. 1978.

ZAMBONI, Maria Célia. A Mogiana e o Café: contribuições para a História da Estrada de Ferro Mogiana. 1993. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, Franca.

PATROCINADOR DO LIVRO FILHOS DO CAFÉ



## PATROCINADORES DA EXPOSIÇÃO FILHOS DO CAFÉ



Santa Emília



**magazineluiza**  
vem ser feliz



## REALIZADORES

